



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DIÁRIO OFICIAL

D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XLIII Nº 20

BRASÍLIA – DF, SEXTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2011

PREÇO R\$ 3,00

SUMÁRIO

	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Atos do Poder Legislativo.....	1		66
Atos do Poder Executivo	1	44	
Casa Civil.....	2		
Secretaria de Estado de Governo		49	
Secretaria de Estado de Transparência e Controle		50	
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento		50	66
Secretaria de Estado de Cultura			66
Secretaria de Estado de Educação.....	2	50	66
Secretaria de Estado de Fazenda.....	2	56	66
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.....	27		
Secretaria de Estado de Obras.....		56	68
Secretaria de Estado de Saúde		56	
Secretaria de Estado de Segurança Pública	27	63	70
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.....		64	71
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento.....	27	64	71
Secretaria de Estado de Administração Pública.....		64	
Secretaria de Estado de Justiça, Direito Humanos e Cidadania		64	72
Procuradoria Geral do Distrito Federal.....	41		
Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.....		65	
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	41		
Tribunal de Contas do Distrito Federal.....	41	65	

SEÇÃO I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ANEXO AO ATO DA MESA DIRETORA Nº 7, DE 2011

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(Janeiro a dezembro de 2010)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
(I) DESPESA BRUTA COM PESSOAL	217.460.525,11	-
Pessoal Ativo	199.371.762,05	1.223.150,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.088.763,06	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	-	-
(II) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF)	36.790.183,36	-
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 206 (art. 73, Inc. III da LC 769/2008)	6.292.145,48	-
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 254 (art. 19, Inc. VI da LRF)	11.707.124,64	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores - Ativo	6.851.900,83	-
Despesas de Exercícios Anteriores - Inativo e Pensionistas - fonte 206	89.492,94	-
Licença Prêmio em Pecúnia (Ato da Mesa Diretora 111/2007)	4.958.114,93	-
Abono Permanência (Decisão 67/2007-TCDF)	840.357,78	-
Abono Pecuniário (Decisão 18/2003-TCDF)	4.154.883,30	-
Ajuda de Custo dos Parlamentares (Ato da Mesa Diretora 111/2007)	445.826,16	-
Férias Indenizadas (Parecer nº 7/2011-PG-CLDF)	1.450.337,30	-
(III) DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (I) - (II)	180.670.341,75	1.223.150,97
(IV) DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III a) + (III b)	-	181.893.492,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
(V) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)		11.485.148.499,11
(VI) % da Despesa Total com Pessoal sobre a RCL (IV / V)*100		1,58%
LIMITE MÁXIMO (Art. 20, II, "a" da LRF / Decisão 4056/2009-TCDF)	1,70%	195.247.524,48
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único do art. 22 da LRF = 95%)	1,62%	185.485.148,26

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF

Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF

Notas Explicativas:

- Este demonstrativo foi elaborado conforme o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais/STN (2ª ed.).
- A partir do exercício 2009 os valores das despesas com pessoal inativo e pensionistas passaram a ser contabilizados pelo IPREV, e foram apurados utilizando as informações repassadas ao Instituto, inclusive os valores referentes à fonte vinculada 254, correspondendo aos depósitos efetuados na conta do IPREV, conforme o disposto na Lei complementar 3.
- As fontes 206 e 254, a partir do exercício de 2009, substituíram as fontes 106 e 154.
- As despesas com pessoal da FUNCAL estão computadas neste demonstrativo.
- A partir do exercício de 2010 as férias indenizadas passaram a ser deduzidas neste demonstrativo, conf. Parecer nº 7/2011-PG-CLDF.

Republicado por conter incorreção no original divulgado no DODF nº 17, de 25.01.2011, pág. 1.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 32.728, DE 27 DE JANEIRO DE 2011.

Acrescenta dispositivos no Decreto nº 24.430, de 02 de março de 2004, suspendendo a concessão de novos benefícios econômicos no âmbito do Pró-DF II e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, no art. 29, da Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003 e no art. 46, da Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, DECRETA: Art. 1º O art. 83, do Decreto nº 24.430, de 02 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 83 – Os casos omissos neste Decreto serão objeto de deliberação do Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – COPEP/DF, respeitado o que estabelece o disposto nos parágrafos deste dispositivo.

§1º - Ficam suspensos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação do Decreto que acrescenta este dispositivo neste artigo, prorrogáveis por igual período:

I – a concessão de novos benefícios econômicos concedidos, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRO/DF II, instituído pela Lei nº 3.196/2003, complementado pela Lei nº 3.266/2003 e regulamentado pelo Decreto nº 24.430/2003;

II – os efeitos jurídicos das concessões de benefícios econômicos aprovadas no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, pelo COPEP/DF, das empresas que ainda não tenham assinado o contrato de concessão de direito real de uso com opção de compra com a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.

§2º O Conselho do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo COPEP/DF, por sugestão de seu Presidente, poderá excepcionar a aplicação do disposto no inciso I do §1º deste artigo, em relação aos empreendimentos que forem considerados como de relevante interesse econômico para do Distrito Federal, de recuperação ambiental, e que se situem em área de dinamização ou recuperação econômica.

§3º Os processos das empresas de que trata o inciso II, do §1º deste artigo terão os seus projetos de viabilidade econômico-financeira reanalisados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e deverão ser submetidos à nova apreciação pelo Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – COPEP/DF.

§4º O Secretário de Desenvolvimento Econômico, como Coordenador Executivo do Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo – COPEP/DF encaminhará os processos administrativos que contenha indícios de irregularidade à Procuradoria Geral do Distrito Federal, em vista do respeito aos princípios constitucionais inscritos no art. 37, da Constituição Federal e do patrimônio do Distrito Federal.

§5º Na medida em que se revelarem presentes indícios da prática de condutas tipificadas como crimes deverão ser encaminhadas cópias dos elementos de prova ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a adoção das medidas legais cabíveis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de janeiro de 2011.

123º da República e 51º de Brasília

AGNELO QUEIROZ

PATRÍCIA CRISÓSTOMO DE QUEIROZ
Coordenadora-Chefe do Diário Oficial



DISTRITO FEDERAL

ANEXO I

Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação - 6º Bimestre de 2010
conforme Decreto nº 17.256 de 28/03/96 e Art. 241 § 2º da LODF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDEB

Unidades Orçamentárias : 18101 e 18903

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa		Fonte	Até o 6º Bimestre 2010
12122010085020036	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100	44.028.050,00
	319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100	3.111.723,14
12122010085020036 Total				47.139.773,14
12122010085020037	319096	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITA	100	9.073,20
12122010085020037 Total				9.073,20
12122010085028681	319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100	24.582.184,07
12122010085028681 Total				24.582.184,07
12122010085170036	339014	DIÁRIAS - CIVIL	100	5.616,49
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	100	1.777.831,33
			132	37.001,86
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100	125.000,00
	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100	119.000,88
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	9.625.132,07
			132	7.698,60
	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100	29.238,61
	339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100	25.249,67
			121	3.133,56
			132	13.200,00
			300	13.801,46
			321	948,99
332			94.634,41	
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100	2.387.087,10	
		132	31.371,00	
12122010085170036 Total				14.295.946,03
12122010085170037	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100	188.186,21
	339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100	34.018,34
12122010085170037 Total				222.204,55
12122075085046980	339008	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	100	746.052,88
	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100	6.840,00
	339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100	-
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	169.134,00
	339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100	-
12122075085046980 Total				922.026,88
12122210023870003	335043	SUBVENÇÕES SOCIAIS	100	13.055.754,80
12122210023870003 Total				13.055.754,80
12122210029680002	335039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	4.750.000,00
12122210029680002 Total				4.750.000,00
12126007138580001	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	15.983.252,41
			103	13.453.800,00
12126007138580001 Total				29.437.052,41
12128075026556179	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	78.985,50
12128075026556179 Total				78.985,50
12361010085020015	319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100	39.671.690,23
			101	7.797.088,02
			102	6.255.526,97
			105	9.000,00
			109	202.200,00
			300	3.268.124,03
	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100	819.474.987,96
			101	55.075.737,98
			102	9.583.513,52
			105	69.800,00
			109	276.824,08
			122	6.509.721,00
	319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100	3.777.592,43
	319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	109	84.200,00
12361010085020015 Total				952.056.006,22

12361010085026977	319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100	32.163.938,71
	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100	536.853.941,40
			101	34.954.522,23
			102	29.737.126,00
			105	54.641,00
			109	140.806,00
	319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	100	6.228.433,74
	319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	100	5.451.547,86
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100	70.099.253,96	
12361010085026977 Total				715.684.210,90
12361013821600001	339030	MATERIAL DE CONSUMO	125	37.500,00
	339031	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DE	125	48.300,00
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	180.400,00
			125	181.624,20
12361013821600001 Total				447.824,20
12361013828460002	339030	MATERIAL DE CONSUMO	100	7.995.422,40
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	-
12361013828460002 Total				7.995.422,40
12361013829640001	339030	MATERIAL DE CONSUMO	100	15.032.811,29
			140	15.263.207,46
			340	7.426.330,88
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	1.085.144,59
	339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100	1.106,47
12361013829640001 Total				38.808.600,69
12361013836320001	339030	MATERIAL DE CONSUMO	100	135.886,89
12361013836320001 Total				135.886,89
12361013849760001	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100	47.164.488,48
12361013849760001 Total				47.164.488,48
12361013849760002	339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	146	1.749.716,00
			346	119.487,40
12361013849760002 Total				1.869.203,40
12361014223890001	339030	MATERIAL DE CONSUMO	103	20.253.026,71
			103	22.564.008,21
	339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	303	1.462.000,00
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	23.474.782,94
			303	1.000.000,00
	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	103	2.668.628,05
	339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100	401,49
			103	41.614,20
			121	27.443,19
			300	191.217,92
			321	80.654,15
			332	1.818.474,08
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	332	66.306,50	
12361014223890001 Total				73.648.557,44
12361014223890002	339030	MATERIAL DE CONSUMO	100	10.421.912,05
			300	590.910,30
	339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	100	28.480.611,82
			300	17.654.099,59
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	4.954.647,18
			300	13.109.387,00
	339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100	2.953,18
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100	838.829,60
12361014223890002 Total				76.053.350,72
12361014223890003	335039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	220.790,00
			103	3.552.322,60
	339030	MATERIAL DE CONSUMO	100	84,00
			103	37.209,00
	339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	100	29.610.928,88
			103	7.130.279,64
	339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100	1.387.860,12
			103	3.144.988,00
	339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100	572.391,30
	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	103	6.299.618,00
12361014223890003 Total				51.956.471,54
12361014223899289	339032	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100	9.328.269,30
12361014223899289 Total				9.328.269,30
12361016432719291	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	100	139.990,13
12361016432719291 Total				139.990,13
12361016432760031	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	100	1.148.248,79
12361016432760031 Total				1.148.248,79
12361016432769296	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	100	634.386,00
12361016432769296 Total				634.386,00
12361016434408491	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	100	-
12361016434408491 Total				-



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEZEMBRO DE 2009 A NOVEMBRO DE 2010

DESCRIÇÃO	dezembro-09	janeiro-10	fevereiro-10	março-10	abril-10	maio-10	junho-10
RECEITA CORRENTE	931.086.656,82	917.356.128,95	829.234.363,96	912.389.935,79	1.123.465.097,31	1.144.323.146,16	1.037.502.918,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	633.148.007,90	647.068.382,13	556.423.967,25	592.036.523,80	824.194.433,22	854.468.482,72	740.869.335,54
IPTU	6.576.711,31	2.868.609,91	1.484.122,65	2.194.083,95	23.891.584,14	139.313.228,93	45.075.086,75
IRRF	158.863.668,13	124.464.976,70	107.032.570,79	109.496.020,54	115.653.706,80	116.610.971,70	120.181.194,54
IPVA	9.671.986,24	13.877.599,33	12.541.950,18	54.104.300,82	174.178.959,85	92.052.651,89	82.235.107,96
ITCD	2.519.041,53	1.480.450,13	1.935.877,50	2.906.775,36	2.802.378,84	4.100.816,69	2.040.685,34
ITBI	18.099.043,57	15.873.168,74	12.831.715,39	19.991.780,36	16.581.396,34	18.025.844,32	15.277.578,15
ICMS	340.661.971,30	395.836.318,61	345.926.989,72	327.041.889,33	396.909.900,93	358.416.284,70	373.765.878,17
ISS	77.595.250,79	71.018.000,14	59.022.346,42	62.274.761,30	69.500.433,23	80.851.896,78	67.740.290,16
IMPOSTO SIMPLES	14.941.447,80	17.428.983,60	12.995.224,38	13.520.716,59	15.513.407,71	14.681.799,81	17.409.479,60
TAXAS	4.218.887,23	4.220.274,97	2.653.170,22	506.195,55	9.162.665,38	30.414.987,90	17.144.034,87
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	91.327.832,81	84.675.417,75	80.586.410,14	92.087.611,79	89.451.691,09	90.578.906,63	92.259.306,66
RECEITA PATRIMONIAL	18.528.540,77	8.807.019,98	21.194.636,22	43.852.928,44	14.116.425,91	20.794.969,72	16.458.333,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.675,00	1.490,00	1.412,00	3.345,00	1.333,00	2.549,00	1.260,00
RECEITA INDUSTRIAL	570.714,88	44.790,00	54.179,80	289.753,08	335.490,02	470.202,00	306.432,00
RECEITA DE SERVIÇOS	16.738.919,88	30.613.900,68	17.807.535,88	25.290.009,03	30.832.234,23	25.648.421,45	31.933.509,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (-TRANSF. PARA O FUNDEB)	109.329.073,80	96.845.214,27	103.687.083,23	99.289.429,67	107.255.476,17	101.345.565,80	104.744.142,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.439.891,78	49.299.914,14	49.479.139,44	59.540.334,98	57.278.013,67	51.014.048,84	50.930.599,49
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-391.647,26	-324.159,55	-314.161,81	-362.411,61	-448.512,40	-423.383,83	-506.388,38
deduções das receitas de vendas e serviços	-391.647,26	-324.159,55	-314.161,81	-362.411,61	-448.512,40	-423.383,83	-506.388,38
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. CIVIL	69.604.716,57	64.808.087,87	65.921.960,66	66.414.339,59	69.574.440,10	70.347.708,86	70.845.515,78
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. MILITAR	11.605.796,61	15.707.264,38	12.037.484,95	12.048.386,93	12.093.030,81	12.138.218,96	12.316.446,70
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	23.178.198,23	14.238.537,33	16.478.228,85	20.145.541,68	16.543.689,66	15.084.934,69	12.248.336,50
Recursos do Fundo Constitucional do DF Não Destinados ao Pagamento de Pessoal (III) *	198.712.041,44	13.922.167,69	27.560.395,17	29.311.011,58	34.448.354,02	34.336.550,60	34.261.250,74
(+) Total de Recursos do Fundo Constitucional do DF	1.186.618.375,11	420.844.043,70	615.766.696,70	509.359.136,76	714.054.357,62	614.624.218,41	534.955.507,04
(-) Recursos que custeiam Despesas com Pessoal no FCDF	987.906.333,67	406.921.876,01	588.206.301,53	480.048.125,18	679.606.003,60	580.287.667,81	500.694.256,30
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.025.018.339,59	836.200.247,51	762.042.922,86	842.730.267,56	1.059.253.778,36	1.080.665.450,42	975.847.482,18



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEZEMBRO DE 2009 A NOVEMBRO DE 2010

DESCRIÇÃO	julho-10	agosto-10	setembro-10	outubro-10	novembro-10	REALIZADA ÚLTIMOS 12 MESES
RECEITA CORRENTE	990.276.487,83	1.018.291.211,11	1.021.125.454,89	1.021.360.519,29	932.626.629,38	11.879.038.550,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	688.359.923,37	702.628.610,97	693.428.927,53	721.999.858,66	626.582.253,88	8.281.208.706,97
IPTU	43.183.132,79	44.963.647,45	42.898.716,70	39.116.578,30	6.896.747,01	398.462.249,89
IRRF	124.304.074,09	122.291.869,13	124.885.622,50	131.107.227,68	135.250.524,37	1.490.142.426,97
IPVA	28.703.030,71	20.614.398,50	19.013.088,42	17.689.871,49	10.451.462,29	535.134.407,68
ITCD	3.137.208,34	3.022.531,64	2.555.289,98	2.589.314,32	3.190.870,73	32.281.240,40
ITBI	17.825.095,69	18.622.617,02	17.271.170,66	19.174.424,62	18.271.599,91	207.845.434,77
ICMS	370.025.134,46	387.140.708,68	383.912.779,26	412.817.832,49	360.612.572,74	4.453.068.260,39
ISS	72.243.464,20	73.678.679,98	73.446.342,21	71.324.029,75	70.787.841,53	849.483.336,49
IMPOSTO SIMPLES	16.655.029,14	16.737.248,03	16.977.739,09	16.786.467,71	16.319.178,41	189.966.721,87
TAXAS	12.283.753,95	15.556.910,54	12.468.178,71	11.394.112,30	4.801.456,89	124.824.628,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	92.687.824,87	93.448.336,46	104.239.540,69	88.251.281,43	87.603.039,53	1.087.197.199,85
RECEITA PATRIMONIAL	22.974.596,38	28.878.164,67	43.495.332,87	22.628.232,38	44.195.631,33	305.924.812,43
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.146,00	1.290,00	620,00	1.600,00	2.752,00	23.472,00
RECEITA INDUSTRIAL	152.676,92	279.549,00	354.731,20	161.971,00	176.418,00	3.196.907,90
RECEITA DE SERVIÇOS	27.376.568,22	25.868.595,63	25.221.108,12	23.100.710,48	22.102.040,01	302.533.552,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (-TRANSF. PARA O FUNDEB)	101.943.264,54	112.610.411,63	96.994.626,73	104.369.147,40	102.202.234,52	1.240.615.669,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.779.487,53	54.576.252,75	57.390.567,75	60.847.717,94	49.762.260,11	658.338.228,42
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-447.104,74	-409.461,32	-362.037,34	-339.536,29	-328.998,57	-4.657.803,10
deduções das receitas de vendas e serviços	-447.104,74	-409.461,32	-362.037,34	-339.536,29	-328.998,57	-4.657.803,10
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. CIVIL	72.270.138,61	72.066.458,79	72.378.705,02	75.303.116,98	74.427.153,85	843.962.342,68
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. MILITAR	12.314.644,23	12.261.115,23	12.656.226,01	12.831.820,43	13.020.425,61	151.030.860,85
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	12.151.336,90	15.565.101,72	14.219.631,68	14.384.545,22	13.543.469,08	187.781.551,54
Recursos do Fundo Constitucional do DF Não Destinados ao Pagamento de Pessoal (III) *	50.007.479,09	40.905.677,15	33.104.327,56	48.124.064,51	36.487.466,96	581.180.786,51
(+) Total de Recursos do Fundo Constitucional do DF	942.230.810,19	651.534.001,52	425.114.211,10	684.110.459,85	542.070.900,92	7.841.282.718,92
(-) Recursos que custeiam Despesas com Pessoal no FCDF	892.223.331,10	610.628.324,37	392.009.883,54	635.986.395,34	505.583.433,96	7.260.101.932,41
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	943.100.742,44	958.894.751,20	954.613.182,40	966.625.564,88	867.794.049,23	11.272.786.778,63

FONTES: SIAC / DF e SIAFI / UNIÃO

Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF
* De acordo com a Decisão Nº 3.968/2007 do Tribunal de Contas do DF
De acordo com a Decisão Nº 1.953/2008 do Tribunal de Contas do DF

Responsável Técnico : Helvio Ferreira
Diretor Geral de Contabilidade - CRC-DF/6.659

PORTARIA Nº 5, DE 21 DE JANEIRO DE 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o disposto nos artigos 140, 153 e 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal e o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, RESOLVE:

Dar publicidade à execução orçamentária do Governo do Distrito Federal relativa ao mês de dezembro de 2010, realizada e registrada no SIAC pelos órgãos e unidades orçamentárias do Distrito Federal, nos termos dos anexos a esta Portaria.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO



DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ DEZEMBRO DE 2010

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO P/ O EXERCÍCIO (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	ATÉ O BIMESTRE (C)	% (C/A)	
RECEITAS CORRENTES (I)	12.207.100.982,00	12.597.581.697,00	2.030.856.860,81	16,12	12.047.042.780,82	95,63	550.538.916,18
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	8.747.988.921,00	8.753.015.340,00	1.331.443.319,68	15,21	8.352.921.764,87	95,43	400.093.575,13
Impostos	8.619.694.589,00	8.619.694.589,00	1.321.670.412,60	15,33	8.227.344.573,40	95,45	392.350.015,60
Taxas	128.294.332,00	133.320.751,00	9.772.907,08	7,33	125.577.191,47	94,19	7.743.559,53
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	933.877.879,00	1.055.477.028,00	194.632.661,85	18,44	1.102.898.989,36	104,49	-47.421.961,36
Contribuições Sociais	817.614.841,00	939.213.990,00	192.999.207,04	20,55	1.019.334.317,93	108,53	-80.120.327,93
Contribuições Econômicas	116.263.038,00	116.263.038,00	1.633.454,81	1,40	83.564.671,43	71,88	32.698.366,57
RECEITA PATRIMONIAL	129.039.148,00	206.176.565,00	102.156.263,55	49,55	345.356.903,88	167,51	-139.180.338,88
Receitas Imobiliárias	22.252.334,00	22.252.334,00	4.069.199,39	18,29	23.792.631,35	106,92	-1.540.297,35
Receitas de Valores Mobiliários	103.164.164,00	180.301.581,00	97.694.247,72	54,18	318.193.371,89	176,48	-137.891.790,89
Receitas de Concessões e Permissões	3.176.000,00	3.176.000,00	363.940,92	11,46	3.197.956,83	100,69	-21.956,83
Outras Receitas Patrimoniais	446.650,00	446.650,00	28.875,52	6,46	172.943,81	38,72	273.706,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.500,00	12.500,00	4.161,00	33,29	21.206,00	169,65	-8.706,00
Receita de Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	12.500,00	12.500,00	4.161,00	33,29	21.206,00	169,65	-8.706,00
RECEITA INDUSTRIAL	3.000.000,00	3.000.000,00	459.777,80	15,33	2.909.552,82	96,99	90.447,18
Receita da Indústria de Transformação	3.000.000,00	3.000.000,00	459.777,80	15,33	2.909.552,82	96,99	90.447,18
RECEITA DE SERVIÇOS	255.430.188,00	310.631.710,00	48.692.564,44	15,68	312.385.157,45	100,56	-1.753.447,45
Receita de Serviços	255.430.188,00	310.631.710,00	48.692.564,44	15,68	312.385.157,45	100,56	-1.753.447,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.385.086.528,00	1.425.431.381,00	226.179.583,37	15,87	1.255.263.944,87	88,06	170.167.436,13
transferências intergovernamentais	2.793.797.101,00	2.813.068.207,00	264.091.476,57	9,39	2.384.477.596,03	84,76	428.590.610,97
transferências de instituições privadas	1.643,00	1.643,00	1.226.655,92	74.659,52	8.623.515,67	524.864,01	-8.621.872,67
transferências de pessoas	5.737.583,00	5.737.583,00	587.830,91	10,25	5.635.220,31	98,22	102.362,69
transferências de Convênios	25.577.905,00	46.651.652,00	3.632.604,06	7,79	40.133.605,65	86,03	6.518.046,35
dedução da rec. de transfer. Multigovern. para formação do FUNDEB	-1.440.027.704,00	-1.440.027.704,00	-43.358.984,09	3,01	-1.183.605.992,79	82,19	-256.421.711,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	650.368.793,00	741.540.148,00	126.124.799,08	17,01	673.260.875,61	90,79	68.279.272,39
Multas e Juros de Mora	191.367.931,00	200.762.446,00	41.529.180,22	20,69	226.203.305,92	112,67	-25.440.859,92
Indenizações e Restituições	113.689.165,00	179.986.877,00	39.700.782,20	22,06	206.815.447,65	114,91	-26.828.570,65
Receita da Dívida Ativa	166.516.594,00	166.516.594,00	24.887.976,25	14,95	138.124.776,88	82,95	28.391.817,12
Receitas Diversas	178.795.103,00	194.274.231,00	20.006.860,41	10,30	102.117.345,16	52,56	92.156.885,84
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	102.297.025,00	102.297.025,00	1.926.908,98	1,88	6.724.722,17	6,57	95.572.302,83
DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-763.178,94	-	-4.700.336,21	-	4.700.336,21
Dedução da Receita de Vendas e Serviços	-	-	-763.178,94	-	-4.700.336,21	-	4.700.336,21
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.234.793.587,00	1.793.429.744,00	91.820.533,59	5,12	497.270.695,99	27,73	1.296.159.048,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400.000.000,00	777.733.488,00	39.988.024,29	5,14	292.024.092,01	37,55	485.709.395,99
Operações de Crédito Internas	129.273.569,00	278.079.508,00	20.100.000,00	7,23	125.511.758,99	45,14	152.567.749,01
Operações de Crédito Externas	270.726.431,00	499.653.980,00	19.888.024,29	3,98	166.512.333,02	33,33	333.141.646,98
ALIENAÇÃO DE BENS	34.127.950,00	36.073.382,00	21.119.124,07	58,54	67.366.590,82	186,75	-31.293.208,82
Alienações de Bens Móveis	-	1.945.432,00	-	-	1.975.134,38	101,53	-29.702,38
Alienações de Bens Imóveis	34.127.950,00	34.127.950,00	21.119.124,07	61,88	65.391.456,44	191,61	-31.263.506,44
AMORTIZAÇÕES	16.826.034,00	16.826.034,00	1.922.463,03	11,43	12.815.288,91	76,16	4.010.745,09
amortizações de Empréstimos e Financiamentos	16.826.034,00	16.826.034,00	1.922.463,03	11,43	12.815.288,91	76,16	4.010.745,09
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	776.885.920,00	955.843.157,00	28.790.922,20	0,03	125.064.724,25	13,08	830.778.432,75
transferências de Pessoas	5.592.000,00	5.592.000,00	-	-	-	-	5.592.000,00
transferências de Convênios	771.293.920,00	950.251.157,00	28.790.922,20	0,03	125.064.724,25	13,16	825.186.432,75
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	6.953.683,00	6.953.683,00	-	-	-	-	6.953.683,00
TOTAL DA RECEITA (V) = (I + II + III + IV)	13.441.894.569,00	14.391.011.441,00	2.122.677.394,40	14,75	12.544.313.476,81	87,17	1.846.697.964,19

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR
						DESPESA LIQUIDADADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% de	
				NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE					
	(D)	(E)	(F = D + E)				(G)	(H)	((G+H)/F)	
DESPESAS CORRENTES	10.884.738.579,00	1.245.991.819,59	12.130.730.398,59	1.803.356.050,71	10.981.410.590,41	2.354.234.251,51	10.577.548.146,81	403.862.443,60	90,53	1.149.319.808,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.243.916.311,00	585.038.207,00	5.828.954.518,00	1.235.335.874,33	5.707.727.198,64	1.264.238.101,78	5.695.755.007,16	11.972.191,48	97,92	121.227.319,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	183.930.641,00	(25.696.858,00)	158.233.783,00	(1.758.653,35)	138.980.165,60	26.172.235,33	138.043.077,37	937.088,23	87,83	19.253.617,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.456.891.627,00	686.650.470,59	6.143.542.097,59	569.778.829,73	5.134.703.226,17	1.063.823.914,40	4.743.750.062,28	390.953.163,89	83,58	1.008.838.871,42

DESPESAS DE CAPITAL	2.279.278.398,00	683.476.179,00	2.962.754.577,00	65.251.485,15	1.291.327.992,86	254.909.446,30	1.149.982.485,82	141.345.507,04	43,59	1.671.426.584,14
INVESTIMENTOS	1.969.727.508,00	697.237.829,00	2.666.965.337,00	43.393.022,48	1.041.462.545,27	206.182.763,37	900.273.015,71	141.189.529,56	39,05	1.625.502.791,73
INVERSÕES FINANCEIRAS	152.800.250,00	2.203.695,00	155.003.945,00	22.531.952,73	119.627.742,88	23.027.391,39	119.471.765,40	155.977,48	77,18	35.376.202,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	156.750.640,00	(15.965.345,00)	140.785.295,00	(673.490,06)	130.237.704,71	25.699.291,54	130.237.704,71	(0,00)	92,51	10.547.590,29
RESERVA ORÇAM. PARA O RPPS	140.500.000,00	-	140.500.000,00	-	-	-	-	-	287,45	140.500.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	137.377.592,00	-33.506.807,00	103.870.785,00	-	-	-	-	-	11,53	103.870.785,00
TOTAL DE DESPESA	13.441.894.569,00	1.895.961.191,59	15.337.855.760,59	1.868.607.535,86	12.272.738.583,27	2.609.143.697,81	11.727.530.632,63	545.207.950,64	80,02	3.065.117.177,32
SUPERÁVIT = (C - (G+H))							271.574.893,54			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT) = (K)							612.156.508,04			
SUPERÁVIT REAL = (C - (G+H-K))							883.731.401,58			

FONTE : SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

NOTA 1 : Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

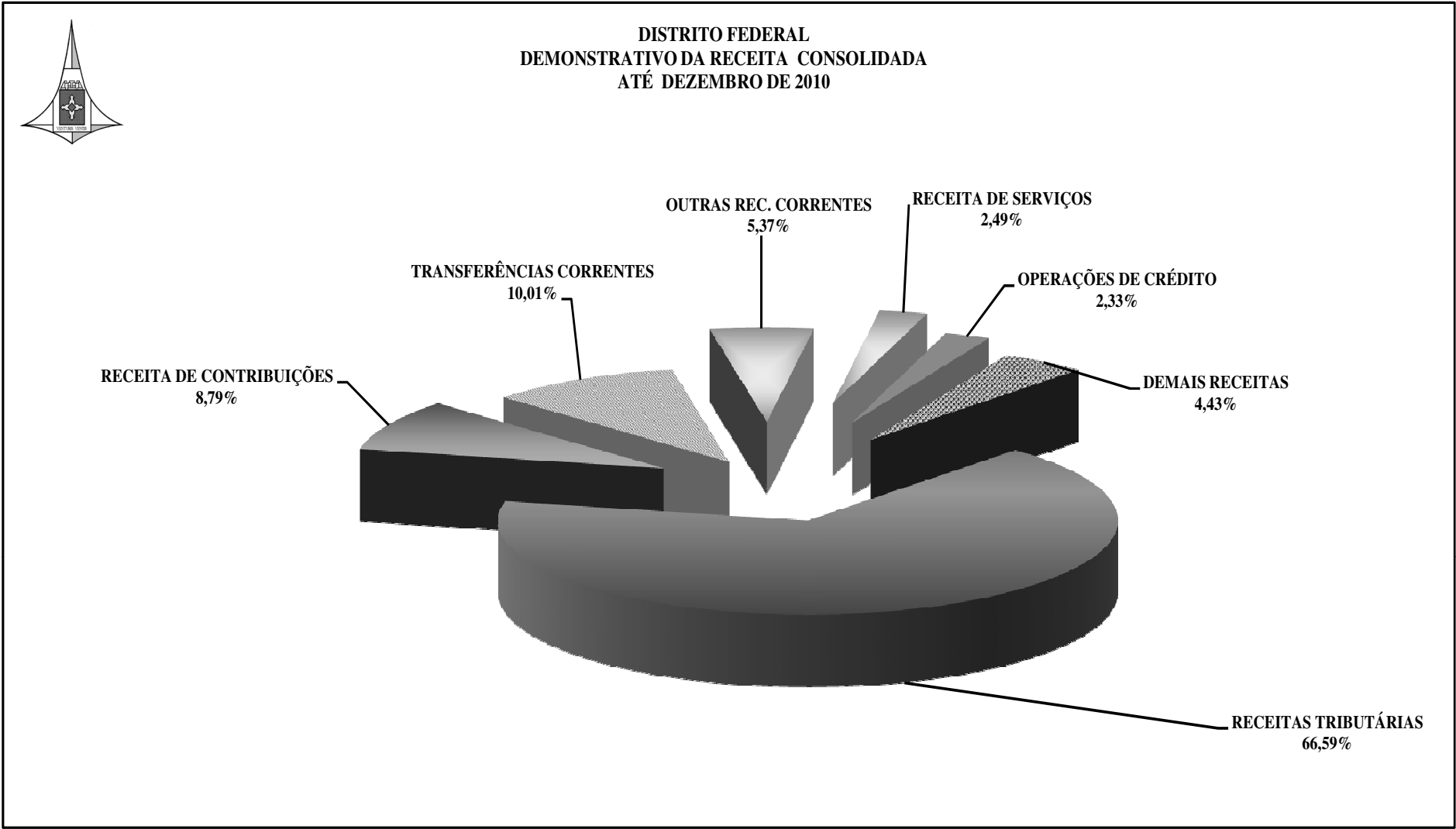
NOTA 2 = Estão sendo deduzidos na receita realizada os valores de receitas de contribuição patronal para o regime próprio de previdência do servidor.

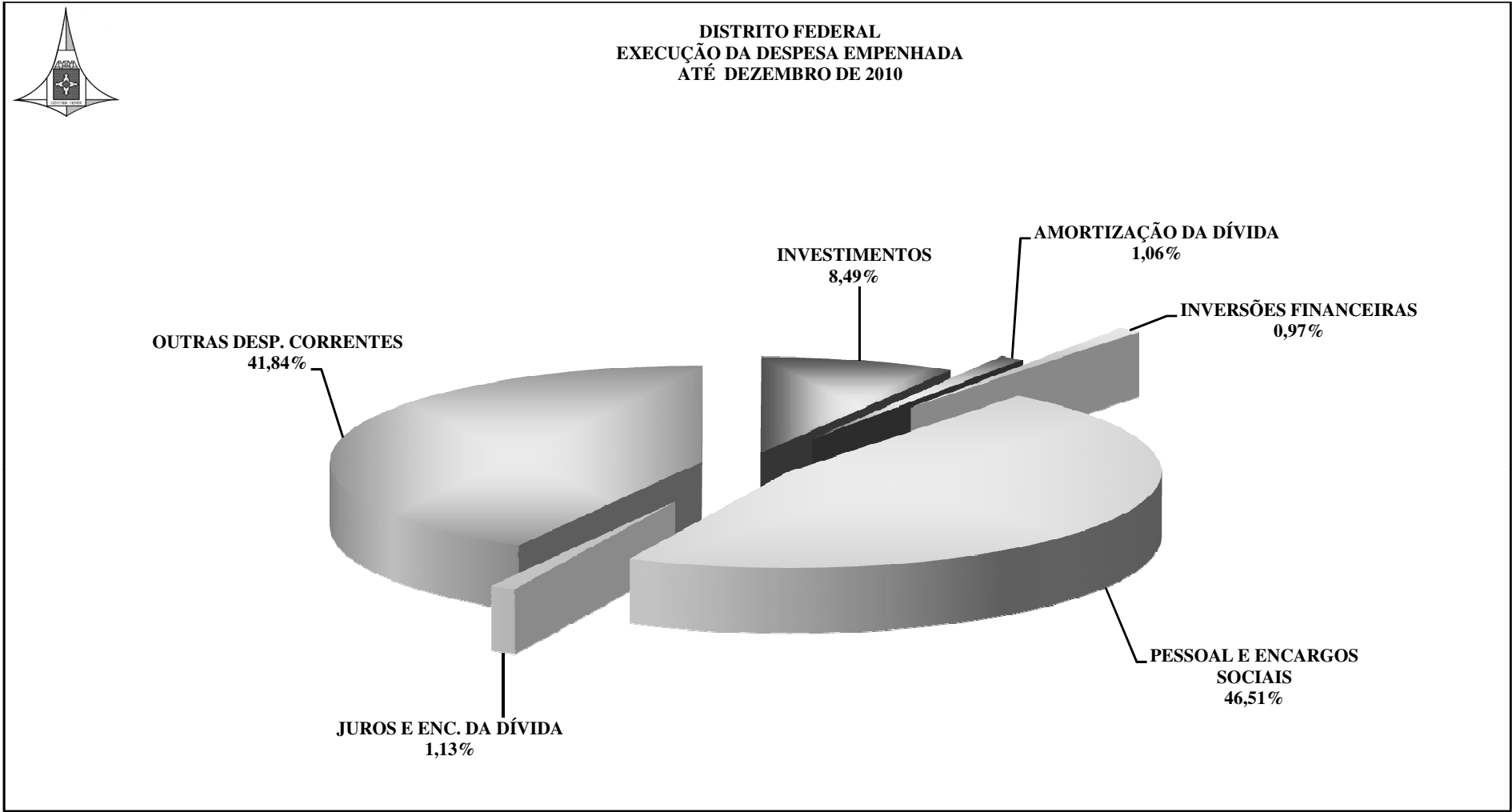
NOTA 3 = Nenhuma despesa foi realizada com recursos de contribuições patronal para o regime próprio de previdência do servidor.

NOTA 4 = Nas Previsões da Receita Inicial e da Receita para o Exercício estão contidos os valores de R\$ 88.500.000,00 das receitas previstas de contribuições patronal para o regime próprio de previdência do servidor.

NOTA 5 = Nas Dotações Inicial e Autorizada da Despesa estão contidas as dotações de R\$ 88.500.000,00 de contribuições patronal para o regime próprio de previdência do servidor.

Responsável Técnico : Helvio Ferreira
Diretor Geral de Contabilidade - CRC-DF/6.659







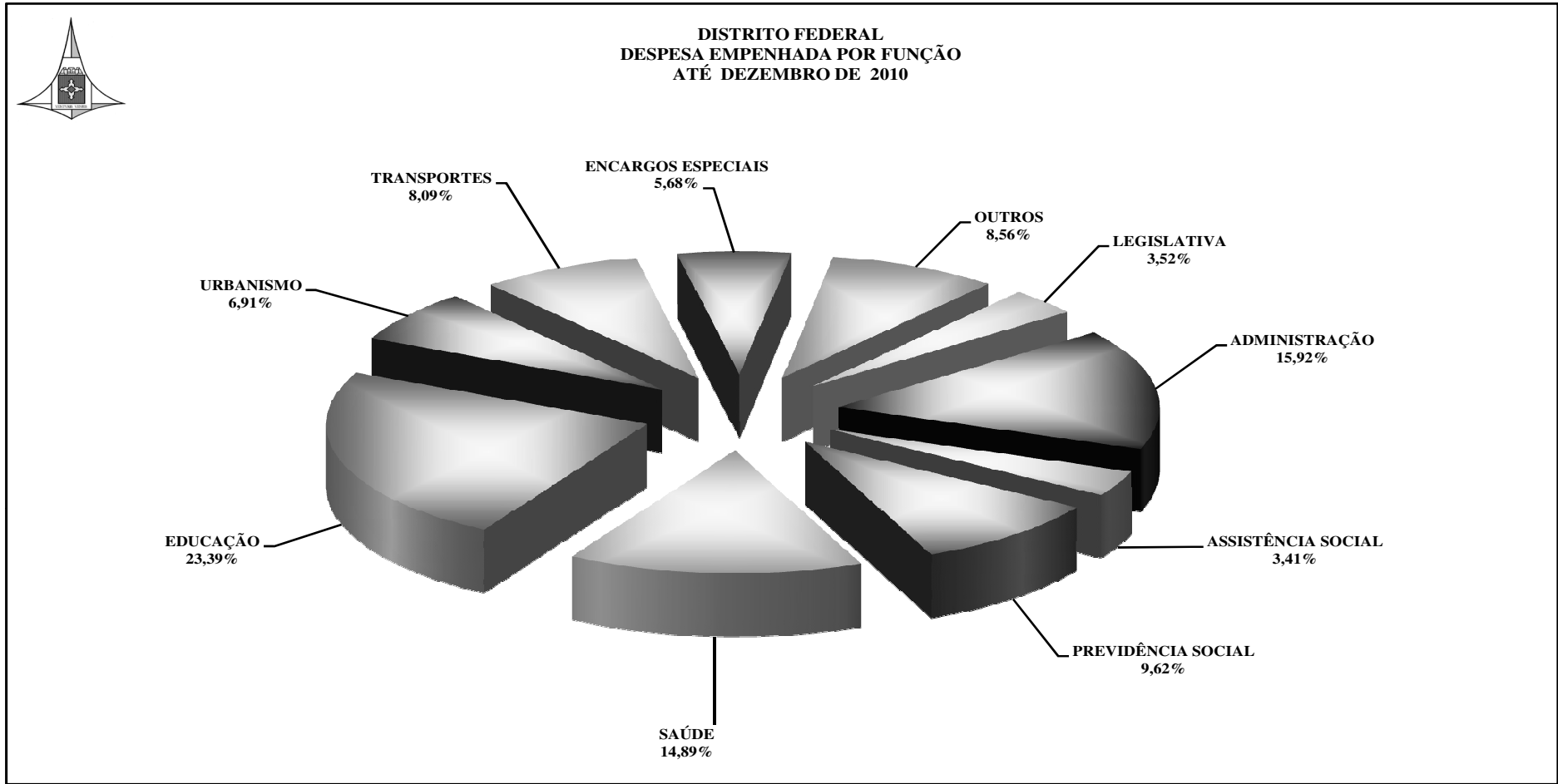
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ DEZEMBRO DE 2010

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA EXECUTADAS			% ((B+C)/total (B+C))	% ((B+C)/A)	SALDO A EXECUTAR (A-(B+C))
					LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE				
		(A)				(B)	(C)			
LEGISLATIVA	541.551.724,00	460.565.848,00	70.531.907,60	432.482.013,71	84.128.643,86	424.455.048,94	8.026.964,77	3,52	93,90	28.083.834,29
AÇÃO LEGISLATIVA	15.795.000,00	3.569.500,00	(111.423,11)	2.680.885,36	1.360.435,30	2.611.967,19	68.918,17	0,02	75,11	888.614,64
CONTROLE EXTERNO	12.397.940,00	7.049.941,00	488.721,93	4.302.109,12	734.022,01	3.508.447,07	793.662,05	0,04	61,02	2.747.831,88
ADMINISTRAÇÃO GERAL	482.988.784,00	440.259.407,00	72.981.157,80	417.073.306,01	81.504.396,14	410.521.553,59	6.551.752,42	3,40	94,73	23.186.100,99
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.210.000,00	1.485.000,00	18.957,01	1.262.702,46	509.409,41	813.678,00	449.024,46	0,01	85,03	222.297,54
COMUNICAÇÃO SOCIAL	28.060.000,00	8.042.000,00	(2.960.106,03)	7.048.410,76	20.381,00	6.999.403,09	49.007,67	0,06	87,64	993.589,24
DIFUSÃO CULTURAL	100.000,00	160.000,00	114.600,00	114.600,00	-	-	114.600,00	0,00	71,63	45.400,00
JUDICIÁRIA	3.056.974,00	2.354.223,00	103.950,87	1.042.081,07	487.146,54	1.020.801,20	21.279,87	0,01	44,26	1.312.141,93
AÇÃO JUDICIÁRIA	3.056.974,00	2.354.223,00	103.950,87	1.042.081,07	487.146,54	1.020.801,20	21.279,87	0,01	44,26	1.312.141,93
ESSENCIAL À JUSTIÇA	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEFESA DO INTER. PÚBL. NO PROC. JUDICIÁRIO	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	2.325.126.587,00	2.112.489.493,59	303.482.471,55	1.954.293.647,84	430.485.717,78	1.912.760.604,27	41.533.043,57	15,92	92,51	158.195.845,75
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.996.559.493,00	1.768.098.293,59	264.041.662,55	1.675.162.443,63	383.447.963,83	1.647.071.995,52	28.090.448,11	13,65	94,74	92.935.849,96
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.174.981,00	46.005.265,00	3.524.944,66	36.326.696,18	9.930.769,70	32.643.771,67	3.682.924,51	0,30	78,96	9.678.568,82
ORDENAMENTO TERRITORIAL	12.660.000,00	6.954.353,00	(529.153,76)	4.345.352,85	458.415,56	1.915.686,24	2.429.666,61	0,04	62,48	2.609.000,15
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.816.323,00	4.625.482,00	17.875,27	1.592.200,11	572.990,12	1.314.191,36	278.008,75	0,01	34,42	3.033.281,89
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	20.135.728,00	27.097.787,00	3.804.051,27	4.991.610,01	916.084,96	1.238.781,83	3.752.828,18	0,04	18,42	22.106.176,99
COMUNICAÇÃO SOCIAL	138.742.446,00	124.213.616,00	7.529.723,00	117.209.350,05	12.167.639,08	116.388.250,82	821.099,23	0,96	94,36	7.004.265,95
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	506.427,00	488.427,00	85.281,40	454.766,70	85.281,40	454.766,70	-	0,00	93,11	33.660,30
CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	980.040,00	986.677,00	39.489,52	830.917,01	189.782,15	780.740,26	50.176,75	0,01	84,21	155.759,99
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	610.800,00	3.080.765,00	2.322.096,03	2.897.336,08	70.289,37	469.444,65	2.427.891,43	0,02	94,05	183.428,92
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	135.940.349,00	130.938.828,00	22.646.501,61	110.482.975,22	22.646.501,61	110.482.975,22	-	0,90	84,38	20.455.852,78





DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2010

DESCRIÇÃO	janeiro-10	fevereiro-10	março-10	abril-10	maio-10	junho-10	julho-10
RECEITA CORRENTE	917.356.128,95	829.234.363,96	912.389.935,79	1.123.465.097,31	1.144.323.146,16	1.037.502.918,80	990.276.487,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	647.068.382,13	556.423.967,25	592.036.523,80	824.194.433,22	854.468.482,72	740.869.335,54	688.359.923,37
IPTU	2.868.609,91	1.484.122,65	2.194.083,95	23.891.584,14	139.313.228,93	45.075.086,75	43.183.132,79
IRRF	124.464.976,70	107.032.570,79	109.496.020,54	115.653.706,80	116.610.971,70	120.181.194,54	124.304.074,09
IPVA	13.877.599,33	12.541.950,18	54.104.300,82	174.178.959,85	92.052.651,89	82.235.107,96	28.703.030,71
ITCD	1.480.450,13	1.935.877,50	2.906.775,36	2.802.378,84	4.100.816,69	2.040.685,34	3.137.208,34
ITBI	15.873.168,74	12.831.715,39	19.991.780,36	16.581.396,34	18.025.844,32	15.277.578,15	17.825.095,69
ICMS	395.836.318,61	345.926.989,72	327.041.889,33	396.909.900,93	358.416.284,70	373.765.878,17	370.025.134,46
ISS	71.018.000,14	59.022.346,42	62.274.761,30	69.500.433,23	80.851.896,78	67.740.290,16	72.243.464,20
IMPOSTO SIMPLES	17.428.983,60	12.995.224,38	13.520.716,59	15.513.407,71	14.681.799,81	17.409.479,60	16.655.029,14
TAXAS	4.220.274,97	2.653.170,22	506.195,55	9.162.665,38	30.414.987,90	17.144.034,87	12.283.753,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	84.675.417,75	80.586.410,14	92.087.611,79	89.451.691,09	90.578.906,63	92.259.306,66	92.687.824,87
RECEITA PATRIMONIAL	8.807.019,98	21.194.636,22	43.852.928,44	14.116.425,91	20.794.969,72	16.458.333,76	22.974.596,38
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.490,00	1.412,00	3.345,00	1.333,00	2.549,00	1.260,00	2.146,00
RECEITA INDUSTRIAL	44.790,00	54.179,80	289.753,08	335.490,02	470.202,00	306.432,00	152.676,92
RECEITA DE SERVIÇOS	30.613.900,68	17.807.535,88	25.290.009,03	30.832.234,23	25.648.421,45	31.933.509,29	27.376.568,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (-TRANSF. PARA O FUNDEB)	96.845.214,27	103.687.083,23	99.289.429,67	107.255.476,17	101.345.565,80	104.744.142,06	101.943.264,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.299.914,14	49.479.139,44	59.540.334,98	57.278.013,67	51.014.048,84	50.930.599,49	56.779.487,53
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-324.159,55	-314.161,81	-362.411,61	-448.512,40	-423.383,83	-506.388,38	-447.104,74
deduções das receitas de vendas e serviços	-324.159,55	-314.161,81	-362.411,61	-448.512,40	-423.383,83	-506.388,38	-447.104,74
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. CIVIL	64.808.087,87	65.921.960,66	66.414.339,59	69.574.440,10	70.347.708,86	70.845.515,78	72.270.138,61
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. MILITAR	15.707.264,38	12.037.484,95	12.048.386,93	12.093.030,81	12.138.218,96	12.316.446,70	12.314.644,23
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	14.238.537,33	16.478.228,85	20.145.541,68	16.543.689,66	15.084.934,69	12.248.336,50	12.151.336,90
Recursos do Fundo Constitucional do DF Não Destinados ao Pagamento de Pessoal (III)	13.922.167,69	27.560.395,17	29.311.011,58	34.448.354,02	34.336.550,60	34.261.250,74	50.007.479,09
(+) Total de Recursos do Fundo Constitucional do DF	420.844.043,70	615.766.696,70	509.359.136,76	714.054.357,62	614.624.218,41	534.955.507,04	942.230.810,19
(-) Recursos que custeiam Despesas com Pessoal no FCDF	406.921.876,01	588.206.301,53	480.048.125,18	679.606.003,60	580.287.667,81	500.694.256,30	892.223.331,10
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	836.200.247,51	762.042.922,86	842.730.267,56	1.059.253.778,36	1.080.665.450,42	975.847.482,18	943.100.742,44



DESCRIÇÃO	agosto-10	setembro-10	outubro-10	novembro-10	dezembro-10	REALIZADA ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
RECEITA CORRENTE	1.018.291.211,11	1.021.125.454,89	1.021.360.519,29	932.626.629,38	1.097.066.501,39	12.045.018.394,86	12.495.284.672,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	702.628.610,97	693.428.927,53	721.999.858,66	626.582.253,88	704.861.065,80	8.352.921.764,87	8.753.015.340,00
IPTU	44.963.647,45	42.898.716,70	39.116.578,30	6.896.747,01	8.123.116,70	400.008.655,28	438.316.522,00
IRRF	122.291.869,13	124.885.622,50	131.107.227,68	135.250.524,37	172.598.682,80	1.503.877.441,64	1.428.710.344,00
IPVA	20.614.398,50	19.013.088,42	17.689.871,49	10.451.462,29	11.708.782,89	537.171.204,33	624.016.852,00
ITCD	3.022.531,64	2.555.289,98	2.589.314,32	3.190.870,73	3.431.529,27	33.193.728,14	28.331.490,00
ITBI	18.622.617,02	17.271.170,66	19.174.424,62	18.271.599,91	20.115.332,90	209.861.724,10	223.978.493,00
ICMS	387.140.708,68	383.912.779,26	412.817.832,49	360.612.572,74	381.202.657,65	4.493.608.946,74	4.955.257.459,00
ISS	73.678.679,98	73.446.342,21	71.324.029,75	70.787.841,53	84.610.257,32	856.498.343,02	793.352.591,00
IMPOSTO SIMPLES	16.737.248,03	16.977.739,09	16.786.467,71	16.319.178,41	18.099.256,08	193.124.530,15	127.730.838,00
TAXAS	15.556.910,54	12.468.178,71	11.394.112,30	4.801.456,89	4.971.450,19	125.577.191,47	133.320.751,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	93.448.336,46	104.239.540,69	88.251.281,43	87.603.039,53	107.029.622,32	1.102.898.989,36	1.055.477.028,00
RECEITA PATRIMONIAL	28.878.164,67	43.495.332,87	22.628.232,38	44.195.631,33	57.960.632,22	345.356.903,88	206.176.565,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.290,00	620,00	1.600,00	2.752,00	1.409,00	21.206,00	12.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	279.549,00	354.731,20	161.971,00	176.418,00	283.359,80	2.909.552,82	3.000.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.868.595,63	25.221.108,12	23.100.710,48	22.102.040,01	26.590.524,43	312.385.157,45	310.631.710,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (-TRANSF. PARA O FUNDEB)	112.610.411,63	96.994.626,73	104.369.147,40	102.202.234,52	123.977.348,85	1.255.263.944,87	1.425.431.381,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.576.252,75	57.390.567,75	60.847.717,94	49.762.260,11	76.362.538,97	673.260.875,61	741.540.148,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-409.461,32	-362.037,34	-339.536,29	-328.998,57	-434.180,37	-4.700.336,21	-
deduções das receitas de vendas e serviços	-409.461,32	-362.037,34	-339.536,29	-328.998,57	-434.180,37	-4.700.336,21	-
						-	
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. CIVIL	72.066.458,79	72.378.705,02	75.303.116,98	74.427.153,85	92.611.986,05	866.969.612,16	785.239.583,00
(-) CONTRIB. PREV. DE SERVIDOR ATIVO, INATIVO E PENSION. MILITAR	12.261.115,23	12.656.226,01	12.831.820,43	13.020.425,61	12.939.641,53	152.364.705,77	153.974.407,00
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES DE PREVIDÊNCIA	15.565.101,72	14.219.631,68	14.384.545,22	13.543.469,08	21.742.154,16	186.345.507,47	179.689.802,00
Recursos do Fundo Constitucional do DF Não Destinados ao Pagamento de Pessoal (III	40.905.677,15	33.104.327,56	48.124.064,51	36.487.466,96	268.041.520,79	650.510.265,86	651.129.238,00
(+) Total de Recursos do Fundo Constitucional do DF	651.534.001,52	425.114.211,10	684.110.459,85	542.070.900,92	1.030.714.028,12	7.685.378.371,93	7.686.171.324,00
(-) Recursos que custeiam Despesas com Pessoal no FCDF	610.628.32						

Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

Nota: De acordo com as Decisões de nº s 3.968/2007 e 1.953/2008 do Tribunal de Contas do DF



RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS 2010		ANO ANTERIOR
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	ATÉ DEZEMBRO DE 2009
I - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS :	941.068.560,00	1.128.965.421,00	237.341.947,01	1.246.040.156,38	1.108.645.688,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO PESSOAL CIVIL	696.109.819,00	785.239.583,00	167.168.059,39	866.969.612,16	746.699.737,23
CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	566.856.648,00	624.350.665,00	133.821.185,37	702.137.854,38	611.811.228,28
CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	106.938.982,00	138.290.511,00	29.237.666,17	144.798.398,79	117.254.230,47
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL	22.314.189,00	22.318.147,00	3.649.250,15	19.433.317,28	17.398.559,14
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PARA O RPPS	-	280.260,00	459.957,70	600.041,71	235.719,34
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO PESSOAL MILITAR	121.505.022,00	153.974.407,00	25.960.067,14	152.364.705,77	133.875.336,49
CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	98.837.264,00	123.787.965,00	21.212.635,46	124.534.585,18	108.803.188,34
CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	20.123.775,00	27.642.459,00	4.747.431,68	27.830.120,59	25.072.148,15
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA MILITAR	2.543.983,00	2.543.983,00	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	10.000.000,00	10.000.000,00	8.859.562,53	40.242.796,09	15.161.766,89
OUTRAS RECEITAS	-	61.629,00	68.634,71	117.534,89	-
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE RGPS E RPPS	113.453.719,00	179.689.802,00	35.285.623,24	186.345.507,47	212.908.848,18
II - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	88.500.000,00	88.500.000,00	28.239.090,84	121.486.847,62	80.412.683,73
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	88.500.000,00	88.500.000,00	28.239.090,84	121.486.847,62	80.412.683,73
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	1.029.568.560,00	1.217.465.421,00	265.581.037,85	1.367.527.004,00	1.189.058.372,52

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS 2010		ANO ANTERIOR
			NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE	
IV - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
PESSOAL CIVIL	904.791.736,00	1.161.565.832,80	199.896.882,53	1.146.770.204,55	982.687.600,95
Aposentadorias	834.908.100,00	854.839.935,88	139.996.286,74	846.821.406,56	715.894.982,08
Pensões	69.865.294,00	306.708.554,92	59.900.595,79	299.948.797,99	266.785.528,83
Outras Despesas Previdenciárias	18.342,00	17.342,00	-	-	7.090,04
PESSOAL MILITAR	-	-	3.135.899,50	18.324.116,81	17.764.570,71
Reformas	-	-	2.676.359,38	15.812.481,43	15.604.571,14
Pensões	-	-	459.540,12	2.511.635,38	2.159.999,57
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	904.791.736,00	1.161.565.832,80	203.032.782,03	1.165.094.321,36	1.000.452.171,66
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (A - B)	124.776.824,00	55.899.588,20	62.548.255,82	202.432.682,64	188.606.200,86

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

Nota: Os dados previdenciários de 2010 são da Gestão 32203 (Instituto de Previdência dos Servidores do DF)



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2010

RECEITAS FISCAIS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS EM 2010		RECEITAS REALIZADAS EM 2009
		NO 6º BIMESTRE	ATÉ O 6º BIMESTRE DE 2010	ATÉ O 6º BIMESTRE 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.485.442.075,00	1.933.433.194,82	11.797.177.143,66	10.586.718.964,83
Receita Tributária	8.753.015.340,00	1.331.443.319,68	8.352.921.764,87	7.392.530.032,69
Receita de Contribuição	1.055.477.028,00	194.632.661,85	1.102.898.989,36	986.137.806,69
Receitas Previdenciárias	939.213.990,00	192.999.207,04	1.019.334.317,93	880.575.073,72
Outras Receitas de Contribuições	116.263.038,00	1.633.454,81	83.564.671,43	105.562.732,97
Receita Patrimonial Líquida	94.036.943,00	4.732.597,56	95.491.266,72	109.589.541,16
Receita Patrimonial	206.176.565,00	102.156.263,55	345.356.903,88	280.334.978,80
(-)Aplicações Financeiras	112.139.622,00	97.423.665,99	249.865.637,16	170.745.437,64
Transferências Correntes (-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	1.425.431.381,00	226.179.583,37	1.255.263.944,87	1.208.466.871,06
Demais Receitas Correntes	1.157.481.383,00	176.445.032,36	990.601.177,84	889.994.713,23
Dívida Ativa	166.516.594,00	24.887.976,25	138.124.776,88	94.328.414,64
Diversas Receitas Correntes	990.964.789,00	152.320.235,05	857.176.737,17	800.416.306,76
(-)Dedução da receita de Vendas e Serviços	-	763.178,94	4.700.336,21	4.750.008,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.793.429.744,00	91.820.533,59	497.270.695,99	701.560.452,21
Operações de Crédito (III)	777.733.488,00	39.988.024,29	292.024.092,01	274.519.319,46
Alienações de Ativos (IV)	36.073.382,00	21.119.124,07	67.366.590,82	36.955.705,67
Amortizações (V)	16.826.034,00	1.922.463,03	12.815.288,91	55.017.327,64
Transferências de Capital	955.843.157,00	28.790.922,20	125.064.724,25	335.068.099,44
Convênios	950.251.157,00	28.790.922,20	125.064.724,25	335.068.099,44
Outras Transferências de Capital	5.592.000,00	-	-	-
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	6.953.683,00	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	962.796.840,00	28.790.922,20	125.064.724,25	335.068.099,44
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.448.238.915,00	1.962.224.117,02	11.922.241.867,91	10.921.787.064,27

DESPESAS FISCAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2010			EM 2009	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		NO 6º BIMESTRE	ATÉ O 6º BIMESTRE		ATÉ O 6º BIMESTRE	
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.130.730.398,59	2.354.234.251,51	10.577.548.146,81	403.862.443,60	9.683.470.678,94	392.702.748,88
Pessoal e Encargos Sociais	5.828.954.518,00	1.264.238.101,78	5.695.755.007,16	11.972.191,48	4.946.540.278,41	14.182.873,98
Juros e Encargos da Dívida (IX)	158.233.783,00	26.172.235,33	138.043.077,37	937.088,23	129.243.643,00	173.691,20
Outras Despesas Correntes	6.143.542.097,59	1.063.823.914,40	4.743.750.062,28	390.953.163,89	4.607.686.757,53	378.346.183,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.972.496.615,59	2.328.062.016,18	10.439.505.069,44	402.925.355,37	9.554.227.035,94	392.529.057,68
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.962.754.577,00	254.909.446,30	1.149.982.485,82	141.345.507,04	1.419.032.976,54	209.104.441,00
Investimentos	2.666.965.337,00	206.182.763,37	900.273.015,71	141.189.529,56	1.175.568.408,96	207.280.006,72
Inversões Financeiras	155.003.945,00	23.027.391,39	119.471.765,40	155.977,48	120.100.317,36	627.394,65
Concessão de Empréstimos (XII)	149.034.384,00	22.625.497,96	116.898.611,19	-	113.431.386,13	101.497,00
Aquisição de Título de Capital já integralizado (XIII)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	5.969.561,00	401.893,43	2.573.154,21	155.977,48	6.668.931,23	525.897,65
Amortização da Dívida (XIV)	140.785.295,00	25.699.291,54	130.237.704,71	-	123.364.250,22	1.197.039,63
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.672.934.898,00	206.584.656,80	902.846.169,92	141.345.507,04	1.182.237.340,19	207.805.904,37
RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA O RPPS (XVI)	140.500.000,00	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	103.870.785,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.889.802.298,59	3.078.917.535,39	11.886.622.101,77		11.336.799.338,18	
RESULTADO PRIMÁRIO = (VII - XVIII)	-1.441.563.383,59	-1.116.693.418,37	35.619.766,14		-415.012.273,91	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT) = (XIX)	935.307.495,59	332.306.525,14	604.256.541,29		766.303.977,33	
RESULTADO PRIMÁRIO REAL = ((VII - (XVIII - XIX))	-506.255.888,00	-784.386.893,23	639.876.307,43		351.291.703,42	

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2010

ESPECIFICAÇÃO	S A L D O			RESULTADO NOMINAL	
	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	BIMESTRE ANTERIOR (B)	BIMESTRE ATUAL (C)	NO BIMESTRE (C-B)	ATÉ O BIMESTRE (C-A)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	3.371.574.770,69	4.010.470.615,01	4.043.685.744,54		
DÍVIDA MOBILIÁRIA					
DÍVIDA CONTRATUAL :	1.998.816.022,29	2.252.697.830,83	2.278.695.910,54		
Em Contratos Interna	1.701.925.648,38	1.839.650.492,10	1.866.477.090,53		
(-) Créditos a Receber Ref. a Cobertura FCVS/CEF	75.632.562,23	77.216.361,83	77.216.361,83		
Em Contratos Externa	372.522.936,14	490.263.700,56	489.435.181,84		
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05-05-2000 (inclusive) *	1.257.844.245,56	1.648.427.473,69	1.665.877.244,92		
PARCELAMENTOS DE DÍVIDA	114.914.502,84	109.345.310,49	99.112.589,08		
II - DEDUÇÕES :	1.593.997.090,49	2.539.672.049,86	1.961.924.752,53		
Ativo Disponível	1.752.056.298,48	2.405.821.489,66	1.928.470.516,04		
Haveres Financeiros	105.547.761,46	133.850.560,20	124.349.810,52		
(-) Restos a Pagar Processado (Saldo a Pagar)	263.606.969,45	-	90.895.574,03		
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.777.577.680,20	1.470.798.565,15	2.081.760.992,01		
IV - RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES	-	-	-		
V - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV)	1.777.577.680,20	1.470.798.565,15	2.081.760.992,01	610.962.426,86	304.183.311,81

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

* Os dados dos Precatórios do 3º Quad./2009 foram extraídos do Sistema de Representação e Consulta Jurídica em 18/01/2010, os dados do bimestre anterior em 24/11/2010 e os dados do bimestre atual em 20/01/2011.



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2010

PODER	ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
		INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
EXECUTIVO	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	-	-	-	-	39.786,54	16.387,29	23.399,25	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	3.723.900,84	22.503,82	3.701.397,02	-	68.992.005,58	9.438.290,44	59.553.715,14	-
	PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	2.675,27	-	2.675,27	-	509.640,44	36.040,50	473.599,94	-
	SECRETARIA DE EST. DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO	285.599,91	200,00	285.399,91	-	951.138,53	527.790,08	423.348,45	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	382.774,12	210.576,14	172.197,98	-	13.843.517,32	3.010.962,73	10.832.554,59	-
	SEC. DE EST. DE DESENV. SOCIAL E TRANSF. DE RENDA	20.469.359,36	2.404.300,20	18.065.059,16	-	33.086,94	-	33.086,94	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	9.357.935,20	1.406.302,62	7.951.632,58	-	59.831.740,19	19.772.699,64	40.059.040,55	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	15.376.214,45	215.589,32	15.160.625,13	-	6.706.521,23	1.199.421,56	5.507.099,67	-
	SEC. DE EST. DE DESENV. ECONOMICO E TURISMO	319.183,69	6.251,54	312.932,15	-	9.853.060,43	3.519.027,86	6.334.032,57	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	7.016.961,41	113.260,95	6.903.700,46	-	100.664.112,70	41.277.828,73	59.386.283,97	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	141.501.916,82	3.226.485,77	138.275.431,05	-	187.990.521,09	49.110.129,65	138.880.391,44	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	5.652.106,80	5.520,17	5.646.586,63	-	32.400.063,58	17.079.621,36	15.320.442,22	-
	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	129.523,47	1.530,48	127.992,99	-	2.548.944,66	1.031.524,71	1.517.419,95	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES	24.210.456,89	19.327,16	24.191.129,73	-	52.538.397,13	17.272.828,57	35.265.568,56	-
	SEC. DE EST. DE DESENV. URB. E MEIO AMBIENTE	1.243.455,10	8.677,76	1.234.777,34	-	39.075.744,45	13.900.860,81	25.174.883,64	-
	SECRETARIA DE EST. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	27.282.895,21	25.684.313,08	1.598.582,13	-	1.848.830,23	406.606,66	1.442.223,57	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE	1.391.220,05	1.350,01	1.389.870,04	-	7.094.461,19	3.490.115,30	3.604.345,89	-
	SECRET. DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	268.140,69	13.935,54	254.205,15	-	2.411.854,02	686.473,71	1.725.380,31	-
	SEC. DE EST. DE JUSTIÇA, DIR. HUM. E CIDADANIA	1.772.921,58	267.404,39	1.505.517,19	-	6.393.967,45	1.413.176,67	4.980.790,78	-
	SEC. EST. ORD. PÚBL. E SOCIAL E CORREG. GERAL DO DF	212.160,20	717,06	211.443,14	-	46.453,48	3.923,20	42.530,28	-
	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DO DF	1.386.998,33	149.824,33	1.237.174,00	-	497.630,57	445.019,29	52.611,28	-
EXECUTIVO	Total	261.986.399,39	33.758.070,34	228.228.329,05	-	594.271.477,75	183.638.728,76	410.632.748,99	-

LEGISLATIVO	CÂMARA LEGISLATIVA DO DF	1.620.570,06	-	1.620.570,06	-	5.216.260,33	1.715.913,70	3.500.346,63	-
	TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	-	-	-	-	2.319.451,80	504.470,00	1.814.981,80	-
LEGISLATIVO	Total	1.620.570,06	-	1.620.570,06	-	7.535.712,13	2.220.383,70	5.315.328,43	-

Total Global	263.606.969,45	33.758.070,34	229.848.899,11	-	601.807.189,88	185.859.112,46	415.948.077,42	-
--------------	----------------	---------------	----------------	---	----------------	----------------	----------------	---

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF



DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ DEZEMBRO DE 2010

RECEITAS	PREVISÃO P/ O EXERCÍCIO (A)	REALIZAÇÃO ATÉ O BIMESTRE (B)		SALDO A REALIZAR (C) = (A - B)
Receitas de Operação de Crédito (I)	777.733.488,00	292.024.092,01		485.709.395,99

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA P/ O EXERCÍCIO (D)	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O BIMESTRE		SALDO A REALIZAR (G) = (D - (E + F))
		LIQUIDADAS (E)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	
Despesas de Capital	2.962.754.577,00	1.149.982.485,82	141.345.507,04	1.671.426.584,14
(-) Incentivo a Contribuinte - LRF, art. 32, inciso I, § 3º	149.034.384,00	116.898.611,19	-	32.135.772,81
(-) Incentivo a Inst. Financeira - LRF, art. 32, inciso II, § 3º	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.813.720.193,00	1.033.083.874,63	141.345.507,04	1.639.290.811,33

DIFERENÇA (I) - (II)	-2.035.986.705,00	-882.405.289,66		-1.153.581.415,34
--------------------------	-------------------	-----------------	--	-------------------

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF



DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ DEZEMBRO DE 2010

I. RECEITAS		PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR
Receitas de Capital				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) :		36.073.382,00	67.366.590,82	-31.293.208,82
Alienação de bens móveis		1.945.432,00	1.975.134,38	-29.702,38
Fonte 117		1.418.364,00	1.418.364,08	-0,08
Fonte 217		527.068,00	327.068,00	200.000,00
Fonte 220		-	229.702,30	-229.702,30
Alienação de bens imóveis		34.127.950,00	65.391.456,44	-31.263.506,44
Fonte 107		10.127.950,00	232.121,36	9.895.828,64
Fonte 207		24.000.000,00	63.572.211,22	-39.572.211,22
Fonte 220		-	1.587.123,86	-1.587.123,86

II. DESPESAS		DOTAÇÃO AUTORIZADA PARA O EXERCÍCIO	DESPESAS EXECUTADAS		SALDO A REALIZAR
			LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) :		36.073.382,00	713.736,79	67.804,00	35.291.841,21

FONTE	UG	NOME DA UG	NATUREZA
-------	----	------------	----------

fonte 107	160101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	449051	Obras e Instalações	10.127.950,00	7.113,40	-	10.120.836,60
TOTAL DA FONTE 107				10.127.950,00	7.113,40	-	10.120.836,60
fonte 117	220905 FUNDO DE MOD. MANUT. E REEQ. CBMDF - FUNCMBM	449052	Equipamentos e Material Permanente	1.418.364,00	-	-	1.418.364,00
TOTAL DA FONTE 117				1.418.364,00	-	-	1.418.364,00
fonte 207	280209 COMPANHIA DE DESENV. HABITACIONAL DO DF-CODHAB	449051	Obras e Instalações	22.500.000,00	-	-	22.500.000,00
		449052	Equipamentos e Material Permanente	500.000,00	86.175,00	67.804,00	346.021,00
		469071	Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.000.000,00	522.137,47	-	477.862,53
TOTAL DA FONTE 207				24.000.000,00	608.312,47	67.804,00	23.323.883,53
fonte 217	210201 SOCIEDADE DE TRANSP. COLETIVOS DE BRASÍLIA	449052	Equipamentos e Material Permanente	419.132,00	-	-	419.132,00
	210203 EMPRESA DE ASSIST. TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	449052	Equipamentos e Material Permanente	107.936,00	98.310,92	-	9.625,08
TOTAL DA FONTE 217				527.068,00	98.310,92	-	428.757,08

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2010

RECEITA	NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	220.732.492,48	1.200.871.603,24
Participação na Receita da União	91.994.964,39	455.090.772,03
Cota-Parte do FPE	69.585.696,89	336.680.393,22
Cota-Parte do FPM	21.399.076,60	87.809.591,61
Cota-Parte do ITR	29.496,13	421.163,11
Cota-Parte do IPI	980.694,77	4.766.247,07
Cota-Parte Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	25.413.377,02
Outras transferências da União	550.894,54	3.353.420,52
Contribuição s/ Rec. De Concursos de Prognósticos Esportivos	550.894,54	3.353.420,52
Compensação Financeira Esforço Exportador	-	-
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	376.857,10	2.547.862,31
Compensação Financeira p/ utiliz. de Recursos Hídricos	74.167,05	649.430,36
Cota-Parte da Compensação de Recursos Minerais	302.690,05	1.898.431,95
Transferências de Recursos do Sistema de Saúde - SUS	87.057.123,95	511.179.260,19
Transferências de Recursos do SUS	87.057.123,95	511.179.260,19
Transferência de Recursos do FNAS	874.843,51	6.369.315,19
Transferência de Recursos do FNDE	37.180.193,20	199.948.018,18
Transferência do Salário Educação	28.791.122,94	164.872.353,95
Recursos do Prog. Nac.de Alimentação Escolar - PNAE	7.747.434,00	32.357.344,00
Recursos do Prog. Nac.de Transporte Escolar PNATE	641.636,26	2.718.320,23
Recursos do Programa Brasil Alfabetizado	-	-
Recursos do Prog. Nac.de Alimentação Escolar em Creche	-	-
Transferência Financeira do ICMS-Desoneração LC 87/96	2.631.687,50	15.790.125,00
Outras Transferências da União	65.928,29	6.592.829,82
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-
Transferências da União	-	-
TOTAL	220.732.492,48	1.200.871.603,24

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM : MDE e FUNDEB
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2010

R\$ 1,00						
RECEITAS DO ENSINO						
RECEITAS		Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada (a)	Receitas Realizadas		c=(b/a) x 100
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
A	Receita de Impostos	8.829.167.742,00	8.829.167.742,00	1.355.021.589,23	8.417.669.660,06	95,34
A.1	ICMS	4.995.534.371,00	4.995.534.371,00	747.232.185,39	4.523.418.662,98	90,55
A.1.1	Principal	4.955.257.459,00	4.955.257.459,00	741.815.230,39	4.493.608.946,74	90,68

A.1.2	Dívida Ativa	29.214.375,00	29.214.375,00	3.337.787,37	16.838.955,11	57,64
A.1.3	Multas e Juros de Mora	7.679.334,00	7.679.334,00	1.510.288,05	10.740.328,53	139,86
A.1.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	3.383.203,00	3.383.203,00	568.879,58	2.230.432,60	65,93
A.1.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
A.2	ITCD	30.832.795,00	30.832.795,00	7.055.065,43	35.994.566,05	116,74
A.2.1	Principal	28.331.490,00	28.331.490,00	6.622.400,00	33.193.728,14	117,16
A.2.2	Dívida Ativa	994.919,00	994.919,00	92.161,85	1.073.167,53	107,86
A.2.3	Multas e Juros de Mora	1.332.528,00	1.332.528,00	307.885,48	1.357.345,80	101,86
A.2.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	173.858,00	173.858,00	32.618,10	370.324,58	213,00
A.2.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
A.3	IPVA	669.740.213,00	669.740.213,00	30.264.270,99	593.949.907,85	88,68
A.3.1	Principal	624.016.852,00	624.016.852,00	22.160.245,18	537.171.204,33	86,08
A.3.2	Dívida Ativa	20.833.275,00	20.833.275,00	4.044.670,56	30.080.744,16	144,39
A.3.3	Multas e Juros de Mora	19.136.138,00	19.136.138,00	2.613.650,10	16.401.383,46	85,71
A.3.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	5.753.948,00	5.753.948,00	1.445.705,15	10.296.575,90	178,95
A.3.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
A.4	IRRF	1.428.710.344,00	1.428.710.344,00	307.849.207,17	1.503.877.441,64	105,26
A.5	IPITU	500.953.853,00	500.953.853,00	27.015.862,84	457.479.670,66	91,32
A.5.1	Principal	438.316.522,00	438.316.522,00	15.019.863,71	400.008.655,28	91,26
A.5.2	Dívida Ativa	46.138.570,00	46.138.570,00	7.619.475,08	37.247.982,78	80,73
A.5.3	Multas e Juros de Mora	8.186.283,00	8.186.283,00	1.545.995,02	6.589.063,37	80,49
A.5.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	8.312.478,00	8.312.478,00	2.830.529,03	13.633.969,23	164,02
A.5.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
A.6	ITBI	225.325.821,00	225.325.821,00	38.563.446,32	211.115.161,51	93,69
A.6.1	Principal	223.978.493,00	223.978.493,00	38.386.932,81	209.861.724,10	93,70
A.6.2	Dívida Ativa	585.424,00	585.424,00	17.596,84	200.052,72	34,17
A.6.3	Multas e Juros de Mora	651.953,00	651.953,00	149.185,50	943.562,92	144,73
A.6.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	109.951,00	109.951,00	9.731,17	109.821,77	99,88
A.6.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
A.7	ISS	835.166.499,00	835.166.499,00	161.346.126,73	891.071.160,74	106,69
A.7.1	Principal	793.352.591,00	793.352.591,00	155.398.098,85	856.498.343,02	107,96
A.7.2	Dívida Ativa	35.587.511,00	35.587.511,00	4.306.923,72	25.871.855,28	72,70
A.7.3	Multas e Juros de Mora	3.773.463,00	3.773.463,00	1.079.117,49	5.391.274,81	142,87
A.7.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	2.452.934,00	2.452.934,00	561.986,67	3.309.687,63	134,93
A.7.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
A.8	Simples Candango	134.993.804,00	134.993.804,00	34.984.937,23	196.730.414,69	145,73
A.8.1	Principal	127.730.838,00	127.730.838,00	34.418.434,49	193.124.530,15	151,20
A.8.2	Dívida Ativa	7.259.722,00	7.259.722,00	566.233,05	3.604.155,63	49,65
A.8.3	Multas e Juros de Mora	10,00	10,00	-	-	0,00
A.8.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	3.234,00	3.234,00	269,69	1.728,91	53,46
A.8.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
A.9	Outros Impostos	7.910.042,00	7.910.042,00	710.487,13	4.032.673,94	50,98
A.9.1	Principal	-	-	-	-	-
A.9.2	Dívida Ativa	5.568.742,00	5.568.742,00	498.371,37	2.596.201,85	46,62
A.9.3	Multas e Juros de Mora	658.618,00	658.618,00	6.092,90	58.209,00	8,84
A.9.4	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa	1.682.682,00	1.682.682,00	206.022,86	1.378.263,09	81,91
A.9.5	(-) Restituições	-	-	-	-	-
B	Receita de Transferências Constitucionais e Legais	582.172.123,00	582.172.123,00	94.626.651,89	445.467.520,01	76,52
B.1	Cota-Parte do FPE	442.502.118,00	442.502.118,00	69.585.696,89	336.680.393,22	76,09
B.2	Cota-Parte do FPM	114.742.528,00	114.742.528,00	21.399.076,60	87.809.591,61	76,53
B.3	Cota-Parte ITR	1.092.825,00	1.092.825,00	29.496,13	421.163,11	38,54
B.4	Cota-Parte IPI - Exportação	2.816.125,00	2.816.125,00	980.694,77	4.766.247,07	169,25
B.5	Lei nº 87/1996 - Desoneração do ICMS	21.018.527,00	21.018.527,00	2.631.687,50	15.790.125,00	75,12
C	TOTAL DAS RECEITAS COMPATÍVEIS em MDE (A + B)	9.411.339.865,00	9.411.339.865,00	1.449.648.241,12	8.863.137.180,07	94,18
				-		
D	LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE (25% DE C)	2.352.834.966,25	2.352.834.966,25	362.412.060,28	2.215.784.295,02	94,18
				-		
E	LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	1.255.655.900,40	1.262.165.621,40	177.081.644,59	1.127.442.988,77	89,33
E.1	ICMS (20% de A.1)	999.106.874,20	999.106.874,20	149.446.437,08	904.683.732,60	90,55
E.2	ITCD (20% de A.2)	6.166.559,00	6.166.559,00	1.411.013,09	7.198.913,21	116,74
E.3	IPVA (20% de A.3)	133.948.042,60	133.948.042,60	6.052.854,20	118.789.981,57	88,68
E.4	Cota-Parte FPE (20% de B.1)	88.500.423,60	88.500.423,60	13.917.139,38	67.336.078,64	76,09
E.5	Cota-Parte FPM (20% de B.2)	22.948.505,60	22.948.505,60	4.279.815,32	17.561.918,32	76,53
E.6	Cota-Parte ITR (20% de B.3)	218.565,00	218.565,00	5.899,23	84.232,62	38,54
E.7	Cota-Parte IPI-Exportação (20% de B.4)	563.225,00	563.225,00	196.138,95	953.249,41	169,25
E.8	Lei nº 87/1996 - Desoneração do ICMS (20% de B.5)	4.203.705,40	4.203.705,40	526.337,50	3.158.025,00	75,12
E.9	Aplicação Financeira dos Recursos do Fundeb	-	6.509.721,00	1.246.009,85	7.676.857,39	117,93
E.10	Complementação da União ao Fundeb	-	-	-	-	-
F	LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO PAGTO. DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60% de E)	753.393.540,24	757.299.372,84	106.248.986,75	676.465.793,26	89,33

DESPESAS DO ENSINO						
DESPESAS		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Realizadas		% c=(b/a) x 100
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
G	Despesa Bruta em MDE (informações SIAC) *	2.518.257.566,00	2.775.169.362,00	606.668.345,76	2.672.711.010,58	96,31
G.1	Função Educação	2.514.402.871,00	2.769.855.061,00	605.416.541,58	2.667.445.213,81	96,30
G.2	Função Encargos Especiais	3.854.695,00	5.314.301,00	1.251.804,18	5.265.796,77	99,09
H	Deduções	89.499.312,00	54.769.151,00	12.977.158,78	41.711.510,28	76,16
H.1	Pesquisas	-	-	-	-	-
H.2	Subvenções	-	-	-	-	-
H.3	Formações dos Quadros Especiais	-	-	-	-	-
H.4	Assistência Social	88.539.312,00	54.750.077,00	12.977.158,78	41.702.437,08	76,17
H.4.1	Programas Suplementares de Alimentação	57.501.400,00	25.175.765,00	1.924.749,49	21.105.145,08	83,83
H.4.2	Assistência Médica-Odontológica, Farmacêutica e Psicológica	15.620.000,00	9.001.312,00	115.922,89	8.131.309,29	90,33
H.4.3	Benefícios Assistenciais a Servidores	2.000.000,00	8.961.000,00	162.317,96	922.026,88	10,29
H.4.3.1	Outros Benefícios Assistenciais (Aux. Funeral, Natalidade e Creche)	2.000.000,00	8.961.000,00	162.317,96	922.026,88	10,29
H.4.3.2	Auxílio-Alimentação	-	-	-	-	0,00
H.4.3.3	Auxílio-Transporte e Vale-Transporte	-	-	-	-	0,00
H.4.4	Outros Formas de Assistência Social	13.417.912,00	11.612.000,00	10.774.168,44	11.543.955,83	99,41
H.4.4.1	Bolsa Escola - Apoio a Aprendizagem	11.500.000,00	10.100.000,00	10.097.640,00	10.097.640,00	99,98
H.4.4.2	Bolsa-Auxílio Normalista	-	-	-	-	-
H.4.4.3	Bolsa-Auxílio Enfermagem	-	-	-	-	-
H.4.4.4	Outras	1.917.912,00	1.512.000,00	676.528,44	1.446.315,83	95,66
H.5	Obras de Infra-Estrutura	-	-	-	-	-
H.6	Pessoal em Atividade Alheia à MDE (inclusive cedidos e em exercício de mandato eletivo)	500.000,00	9.074,00	0,00	9.073,20	99,99
H.7	Outras	460.000,00	10.000,00	-	-	0,00
I	DEPESAS REALIZADA EM MDE (G – H)	2.428.758.254,00	2.720.400.211,00	593.691.186,98	2.630.999.500,30	96,71
J	DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEB **	1.255.655.901,00	1.266.796.352,00	220.586.643,00	1.213.172.439,31	95,77
J.1	Educação Infantil	36.125.504,00	57.934.754,00	20.435.354,40	55.391.306,95	95,61
J.2	Ensino Fundamental	1.161.673.064,00	1.116.989.176,00	163.025.003,45	1.068.764.124,42	95,68
J.3	Ensino Médio	49.333.333,00	87.836.678,00	35.955.224,50	84.982.072,49	96,75
J.4	Educação de Jovens e Adultos	7.524.000,00	1.963.919,00	-	1.963.918,80	100,00
J.5	Educação Especial integrada ao Ensino Básico	-	-	-	-	-
J.6	Ensino Profissional	1.000.000,00	2.071.825,00	1.171.060,65	2.071.016,65	99,96
J.7	J.7 Outras – exceto ensino superior (especificar)	-	-	-	-	-
J.8	PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.131.961.587,00	1.104.539.106,00	157.929.697,99	1.071.467.558,82	97,01

COMPARAÇÃO ENTRE AS APLICAÇÕES E OS LIMITES ESTABELECIDOS :			
	RELAÇÃO	LIMITE MÍNIMO LEGAL	APURAÇÃO
MDE	I / C	25 %	29,68 %
FUNDEB	E	R\$ 1.127.442.988,77	R\$ 1.213.172.439,31
PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	J.8 / E	60 %	95,04 %

FONTE: SIAC - Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil
Diretoria Geral de Contabilidade / Subsecretaria do Tesouro / SEF

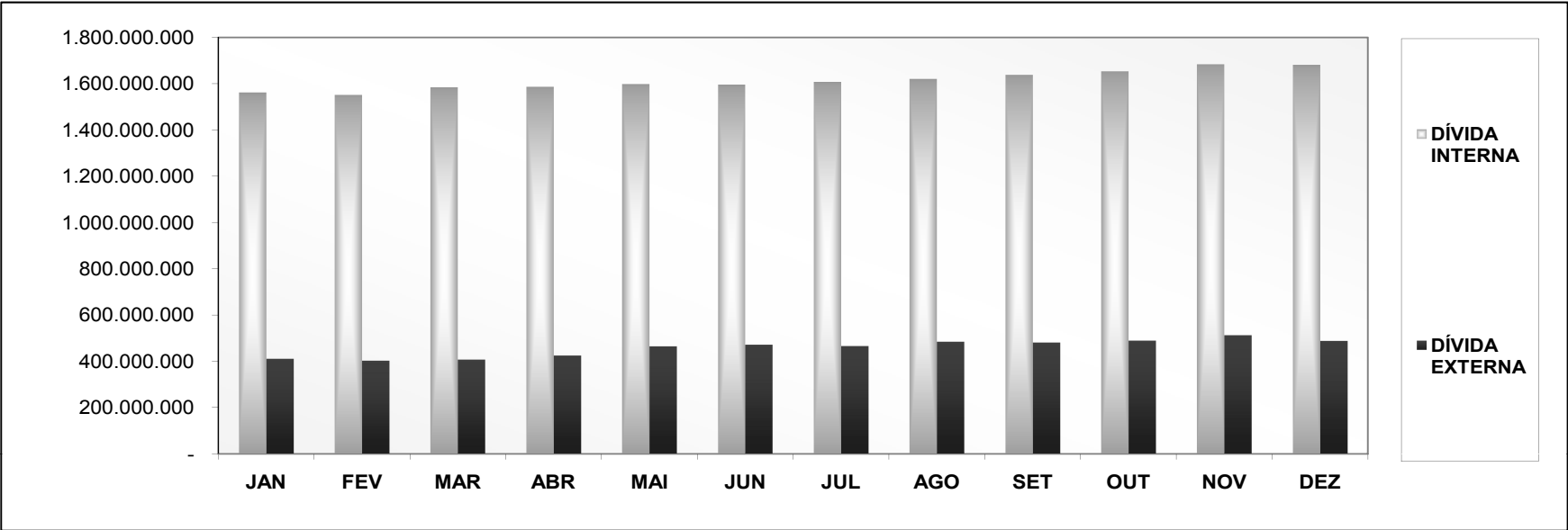
** J = valores líquidos, já abatidas as deduções de que trata o item H.



DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ DEZEMBRO DE 2010

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA REALIZADA (B)	% (B/A)
I	Receita : Base de cálculo Estadual - B.E	6.136.435.934,75	6.136.435.934,75	5.778.239.045,81	94,16
A1	75% do ICMS	3.716.443.094,25	3.716.443.094,25	3.370.206.710,06	90,68
A2	75% da Dívida Ativa - ICMS	21.910.781,25	21.910.781,25	12.629.216,33	57,64
A3	75% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS	5.759.500,50	5.759.500,50	8.055.246,40	139,86
A4	75% de Multas/Juros/Correção Monetária - Dív. Ativa do ICMS	2.537.402,25	2.537.402,25	1.672.824,45	65,93
A5	SIMPLES	127.730.838,00	127.730.838,00	193.124.530,15	151,20
A6	Dívida Ativa - Simples	7.259.722,00	7.259.722,00	3.604.155,63	49,65
A7	Multas/Juros/Correção Monetária - SIMPLES	10,00	10,00	-	0,00

A8	Multas/Juros/Correção Monetária - Dív. Ativa do SIMPLES	3.234,00	3.234,00	1.728,91	53,46
A9	50% do IPVA	312.008.426,00	312.008.426,00	268.585.602,17	86,08
A10	50% da Dívida Ativa - IPVA	10.416.637,50	10.416.637,50	15.040.372,08	144,39
A11	50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA	9.568.069,00	9.568.069,00	8.200.691,73	85,71
A12	50% de Multas/Juros/Correção Monetária -Dív. Ativa do IPVA	2.876.974,00	2.876.974,00	5.148.287,95	178,95
A13	ITCD	28.331.490,00	28.331.490,00	33.193.728,14	117,16
A14	Dívida Ativa - ITCD	994.919,00	994.919,00	1.073.167,53	107,86
A15	Multas/Juros/Correção Monetária -ITCD	1.332.528,00	1.332.528,00	1.357.345,80	101,86
A16	Multas/Juros/Correção Monetária -Dív. Ativa do ITCD	173.858,00	173.858,00	370.324,58	213,00
A17	Imp. S/ Renda e Prov. de Qquer Natureza	1.428.710.344,00	1.428.710.344,00	1.503.877.441,64	105,26
A18	Quota-parte FPE	442.502.118,00	442.502.118,00	336.680.393,22	76,09
A19	75% Quota-parte IPI-Exportação	2.112.093,75	2.112.093,75	3.574.685,30	169,25
A20	75% transferência LC 87/96 - Lei Kandir	15.763.895,25	15.763.895,25	11.842.593,75	75,12
II Receita : Base de cálculo Municipal - B.M		3.266.993.888,25	3.266.993.888,25	3.080.865.460,32	94,30
B1	25% do ICMS	1.238.814.364,75	1.238.814.364,75	1.123.402.236,69	90,68
B2	25% da Dívida Ativa - ICMS	7.303.593,75	7.303.593,75	4.209.738,78	57,64
B3	25% de Multas/Juros/Correção Monetária -ICMS	1.919.833,50	1.919.833,50	2.685.082,13	139,86
B4	25% de Multas/Juros/Correção Monetária - Dív. Ativa do ICMS	845.800,75	845.800,75	557.608,15	65,93
B5	50% do IPVA	312.008.426,00	312.008.426,00	268.585.602,17	86,08
B6	50% da Dívida Ativa - IPVA	10.416.637,50	10.416.637,50	15.040.372,08	144,39
B7	50% de Multas/Juros/Correção Monetária -IPVA	9.568.069,00	9.568.069,00	8.200.691,73	85,71
B8	50% de Multas/Juros/Correção Monetária - Dív. Ativa do IPVA	2.876.974,00	2.876.974,00	5.148.287,95	178,95
B9	IPTU	438.316.522,00	438.316.522,00	400.008.655,28	91,26
B10	Dívida Ativa - IPTU	46.138.570,00	46.138.570,00	37.247.982,78	80,73
B11	Multas/Juros/Correção Monetária -IPTU	8.186.283,00	8.186.283,00	6.589.063,37	80,49
B12	Multas/Juros/Correção Monetária - Dív. Ativa do IPTU	8.312.478,00	8.312.478,00	13.633.969,23	164,02
B13	ISS	793.352.591,00	793.352.591,00	856.498.343,02	107,96
B14	Dívida Ativa - ISS	35.587.511,00	35.587.511,00	25.871.855,28	72,70
B15	Multas/Juros/Correção Monetária - ISS	3.773.463,00	3.773.463,00	5.391.274,81	142,87
B16	Multas/Juros/Correção Monetária - Dív. Ativa do ISS	2.452.934,00	2.452.934,00	3.309.687,63	134,93
B17	ITBI	223.978.493,00	223.978.493,00	209.861.724,10	93,70
B18	Dívida Ativa - ITBI	585.424,00	585.424,00	200.052,72	34,17
B19	Multas/Juros/Correção Monetária -ITBI	651.953,00	651.953,00	943.562,92	144,73
B20	Multas/Juros/Correção Monetária - Dív. Ativa do ITBI	109.951,00	109.951,00	109.821,77	99,88
B21	Quota-parte ITR	1.092.825,00	1.092.825,00	421.163,11	38,54
B22	Quota-parte FPM	114.742.528,00	114.742.528,00	87.809.591,61	76,53
B23	25% Quota-parte IPI-Exportação	704.031,25	704.031,25	1.191.561,77	169,25
B24	25% transferência LC 87/96 - Lei Kandir	5.254.631,75	5.254.631,75	3.947.531,25	75,12
III Recursos Mínimos a aplicar (12% da Base Estadual + 15% da Base Municipal)		1.226.421.395,41	1.226.421.395,41	1.155.518.504,55	94,22
DESPESAS (POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA (C)	DESPESAS REALIZADAS (D)	% (D/C)
A	FUNÇÃO 10 : SAÚDE	1.234.446.509,00	1.333.036.492,00	1.215.724.467,82	91,20
	SUBFUNÇÕES :				
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	737.173.757,00	852.895.399,00	804.612.985,01	94,34
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.000.000,00	30.277.193,00	30.272.672,92	99,99
	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	28.230.863,00	25.483.463,00	24.858.887,99	97,55
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	100.000,00	100.000,00	-	0,00
	ATENÇÃO BÁSICA	16.363.820,00	14.130.935,00	12.096.621,45	85,60
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	421.217.767,00	409.413.200,00	343.712.974,05	83,95
	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.300.000,00	-	-	0,00
	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	3.354.244,00	354.244,00	31.000,00	8,75
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	20.000,00	20.000,00	-	0,00
	CONTROLE AMBIENTAL	493.778,00	169.778,00	-	0,00
	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	192.280,00	192.280,00	139.326,40	72,46
B	FUNÇÃO 28 : ENCARGOS ESPECIAIS	7.127.556,00	9.852.556,00	9.594.928,03	97,39
	SUBFUNÇÕES :			-	
	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	4.894.000,00	5.544.000,00	5.334.046,08	96,21
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.233.556,00	4.308.556,00	4.260.881,95	98,89
C	EXCLUSÕES :	5.127.556,00	7.852.556,00	7.641.628,15	97,31
	Aplicações na Função 28 (encargos especiais) em Gastos que NÃO se referem a custeio de pessoal em atividade de saúde	5.127.556,00	7.852.556,00	7.641.628,15	97,31
	SUBFUNÇÕES :				
	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	4.894.000,00	5.544.000,00	5.334.046,08	96,21
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	233.556,00	2.308.556,00	2.307.582,07	99,96
IV	APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE = (A+B+C)	1.236.446.509,00	1.335.036.492,00	1.217.677.767,70	91,21
V	SUPERÁVIT = (IV - III)	10.025.113,59	108.615.096,59	62.159.263,15	



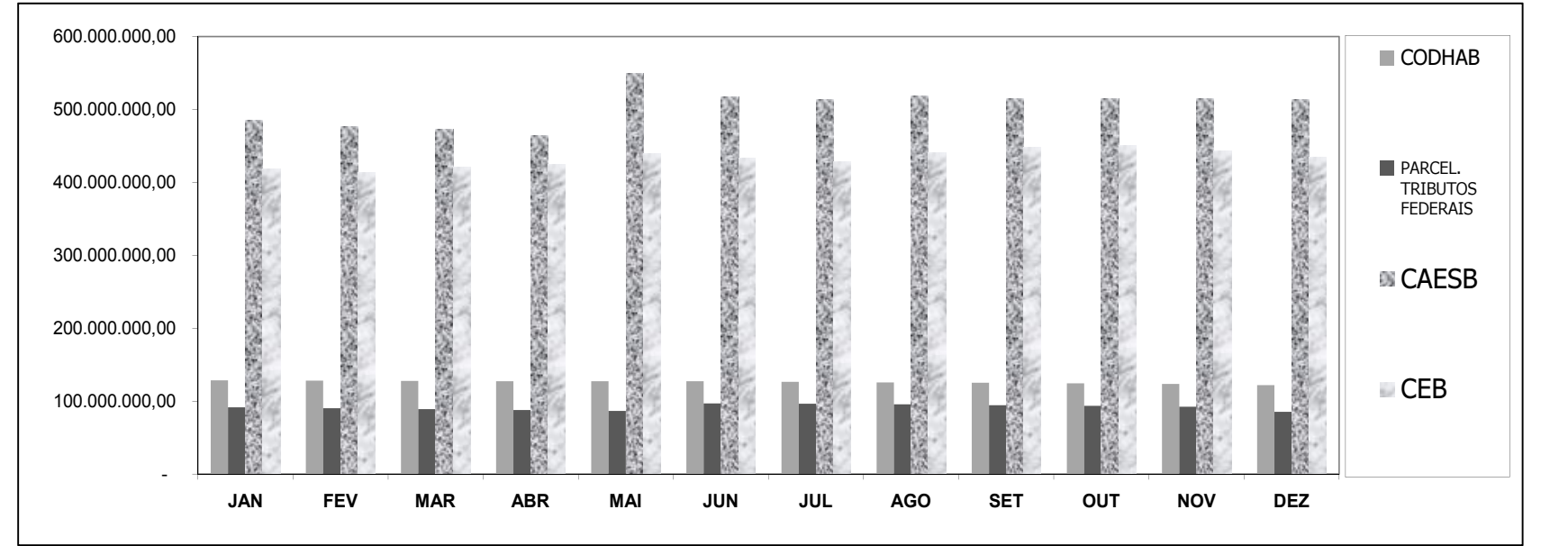
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

MÊS	POSIÇÃO DO SALDO DEVEDOR EM 2010								TOTAL
	DÍVIDA INTERNA								
	CODHAB	FCVS/CAIXA	TOTAL CODHAB	PARCEL. TRIBUTOS FEDERAIS	CAESB/GDF	CAESB/OUTROS	TOTAL CAESB	TOTAL CEB	
JAN	204.194.942,77	76.021.133,80	128.173.808,97	91.386.297,79	103.437.684,06	381.152.336,23	484.590.020,29	419.123.348,00	1.031.887.177,26
FEV	204.195.581,66	76.409.850,97	127.785.730,69	90.165.434,32	99.917.668,97	376.564.312,02	476.481.980,99	413.934.466,00	1.018.202.177,68
MAR	204.355.336,58	76.820.897,43	127.534.439,15	88.944.570,85	98.262.489,46	374.444.443,20	472.706.932,66	421.490.048,31	1.021.731.420,12
ABR	204.390.746,98	77.216.361,83	127.174.385,15	87.723.707,38	95.481.787,87	368.307.930,25	463.789.718,12	425.006.688,57	1.015.970.791,84
MAI	204.524.240,95	77.636.144,35	126.888.096,60	86.354.637,46	100.232.153,09	449.238.797,18	549.470.950,27	439.110.130,00	1.115.469.176,87
JUN	204.388.845,80	77.216.361,83	127.172.483,97	96.709.500,28	99.393.528,78	417.717.522,61	517.111.051,39	433.918.895,00	1.078.202.430,36
JUL	203.572.030,09	77.216.361,83	126.355.668,26	96.418.436,18	96.949.380,37	416.715.447,35	513.664.827,72	428.891.468,19	1.068.911.964,17
AGO	202.802.056,22	77.216.361,83	125.585.694,39	95.440.426,58	96.883.173,17	421.791.763,95	518.674.937,12	441.146.427,22	1.085.407.058,73
SET	202.033.208,86	77.216.361,83	124.816.847,03	94.367.769,53	93.473.503,40	420.959.659,05	514.433.162,45	448.394.623,60	1.087.644.633,08
OUT	201.256.459,12	77.216.361,83	124.040.097,29	93.295.112,49	93.870.746,44	420.796.634,89	514.667.381,33	450.597.563,16	1.089.305.041,78
NOV	200.475.161,99	77.216.361,83	123.258.800,16	92.222.455,44	99.595.546,61	415.170.055,44	514.765.602,05	442.733.285,40	1.080.757.687,61
DEZ	198.843.632,14	77.216.361,83	121.627.270,31	84.934.485,18	98.841.272,75	414.301.520,12	513.142.792,87	434.453.703,42	1.069.223.766,60

NOTA:

1. CAESB/GDF refere-se à parcela de responsabilidade da CAESB consignada no Contrato n.º 001/2001-SO/SEFP/DF que ajusta, entre outras providências, o compartilhamento dos recursos e das obrigações oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, à conta do Contrato n.º 1.288/OC-BR, entre o GDF e aquela empresa;

2. não consta dos ajustes firmados pelas entidades da administração indireta do complexo administrativo do Distrito Federal, a concessão, por aquele ente estatal, de garantias de que trata o art. 55, inciso I, item "c" da Lei Complementar n.º 101, de 4 de 2000.



2074	22.514.597.132,62	-5.501.089.206,53	17.013.507.926,09	356.300.093.491,61
2075	23.536.636.521,30	-5.506.744.729,66	18.029.891.791,65	374.329.985.283,26
2076	24.622.039.978,90	-5.549.502.198,48	19.072.537.780,42	393.402.523.063,68
2077	25.764.325.869,72	-5.548.119.765,28	20.216.206.104,44	413.618.729.168,12
2078	26.979.237.167,41	-5.560.922.430,06	21.418.314.737,34	435.037.043.905,46
2079	28.265.008.642,80	-5.579.982.034,61	22.685.026.608,18	457.722.070.513,65
2080	29.625.576.723,66	-5.584.259.926,40	24.041.316.797,26	481.763.387.310,90
2081	31.067.925.473,40	-5.583.993.519,46	25.483.931.953,94	507.247.319.264,84
2082	32.598.065.037,59	-5.600.144.303,19	26.997.920.734,40	534.245.239.999,24
2083	34.216.304.162,36	-5.595.069.115,74	28.621.235.046,61	562.866.475.045,86

data base - 31/09/2010

Nota : 1) os detalhes constam do relatório atuarial

2) A base de dados utilizada na avaliação atuarial contém informações dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal. Nesta base de dados estão inclusos os valores das folhas de inativos e pensionistas da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Edeildo Soares de Oliveira
Atuário Miba 1185 MTE/RJ



DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2010 A 2083

PLANO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	Valor (d) = (d Exerc. Anterior) + (c)
2010	567.351.764,32	-955.943.357,20	-388.591.592,88	0,00
2011	1.673.597.547,94	-3.868.202.975,56	-2.194.605.427,62	0,00
2012	1.629.680.448,94	-3.942.622.343,20	-2.312.941.894,26	0,00
2013	1.570.870.997,74	-4.064.872.829,45	-2.494.001.831,72	0,00
2014	1.501.336.603,57	-4.220.516.319,90	-2.719.179.716,33	0,00
2015	1.429.640.057,96	-4.378.935.907,76	-2.949.295.849,80	0,00
2016	1.351.771.503,65	-4.554.373.264,88	-3.202.601.761,23	0,00
2017	1.265.232.217,40	-4.755.757.620,86	-3.490.525.403,46	0,00
2018	1.185.915.561,52	-4.926.972.189,33	-3.741.056.627,81	0,00
2019	1.100.800.024,68	-5.113.724.370,27	-4.012.924.345,60	0,00
2020	1.014.885.710,79	-5.298.609.507,37	-4.283.723.796,59	0,00
2021	935.892.870,47	-5.454.480.525,43	-4.518.587.654,96	0,00
2022	862.043.932,24	-5.587.716.912,36	-4.725.672.980,13	0,00
2023	795.083.870,77	-5.692.397.320,26	-4.897.313.449,49	0,00
2024	734.195.872,94	-5.771.375.649,37	-5.037.179.776,43	0,00
2025	666.813.526,82	-5.869.003.133,64	-5.202.189.606,82	0,00
2026	605.638.615,17	-5.940.757.387,67	-5.335.118.772,50	0,00
2027	552.551.335,35	-5.980.460.700,01	-5.427.909.364,67	0,00
2028	506.441.185,72	-5.991.850.717,49	-5.485.409.531,76	0,00
2029	466.984.248,16	-5.976.438.558,47	-5.509.454.310,31	0,00
2030	429.711.920,84	-5.950.197.200,81	-5.520.485.279,97	0,00
2031	398.674.146,31	-5.898.995.222,39	-5.500.321.076,07	0,00
2032	370.431.205,75	-5.786.398.501,79	-5.415.967.296,04	0,00
2033	346.280.270,20	-5.701.258.987,16	-5.354.978.716,96	0,00
2034	325.028.763,82	-5.603.310.570,15	-5.278.281.806,33	0,00
2035	305.788.998,33	-5.495.864.666,68	-5.190.075.668,36	0,00
2036	288.951.649,55	-5.377.806.065,73	-5.088.854.416,18	0,00
2037	273.968.781,97	-5.250.902.326,86	-4.976.933.544,90	0,00
2038	261.099.610,84	-5.114.632.345,28	-4.853.532.734,45	0,00
2039	249.229.723,58	-4.972.939.373,59	-4.723.709.650,00	0,00
2040	237.803.566,58	-4.827.723.508,50	-4.589.919.941,92	0,00
2041	227.186.495,72	-4.678.012.796,96	-4.450.826.301,24	0,00
2042	217.267.234,19	-4.524.099.895,05	-4.306.832.660,86	0,00
2043	207.952.673,59	-4.366.596.992,66	-4.158.644.319,07	0,00
2044	198.734.477,24	-4.207.216.043,16	-4.008.481.565,92	0,00
2045	189.644.622,14	-4.046.150.443,46	-3.856.505.821,32	0,00
2046	180.808.736,63	-3.883.038.647,57	-3.702.229.910,94	0,00

2047	172.114.780,46	-3.718.506.494,52	-3.546.391.714,05	0,00
2048	163.530.993,34	-3.552.895.086,20	-3.389.364.092,86	0,00
2049	154.988.507,08	-3.386.717.675,70	-3.231.729.168,62	0,00
2050	146.538.088,46	-3.220.105.649,67	-3.073.567.561,20	0,00
2051	138.172.712,22	-3.053.405.000,97	-2.915.232.288,75	0,00
2052	129.912.709,06	-2.887.017.539,16	-2.757.104.830,10	0,00
2053	121.771.047,16	-2.721.237.271,18	-2.599.466.224,02	0,00
2054	113.768.078,83	-2.556.506.156,91	-2.442.738.078,08	0,00
2055	105.923.845,90	-2.393.298.722,16	-2.287.374.876,26	0,00
2056	98.257.088,28	-2.232.089.725,00	-2.133.832.636,71	0,00
2057	90.787.708,05	-2.073.392.642,04	-1.982.604.934,00	0,00
2058	83.534.092,05	-1.917.703.902,78	-1.834.169.810,73	0,00
2059	76.522.434,36	-1.765.728.787,42	-1.689.206.353,07	0,00
2060	69.769.757,47	-1.617.978.698,37	-1.548.208.940,90	0,00
2061	63.297.597,38	-1.475.073.670,74	-1.411.776.073,36	0,00
2062	57.126.115,19	-1.337.628.046,63	-1.280.501.931,44	0,00
2063	51.272.655,47	-1.206.191.007,08	-1.154.918.351,61	0,00
2064	45.750.404,11	-1.081.228.644,11	-1.035.478.240,00	0,00
2065	40.571.169,12	-963.150.851,95	-922.579.682,83	0,00
2066	35.743.366,30	-852.299.983,02	-816.556.616,71	0,00
2067	31.272.281,28	-748.940.862,28	-717.668.581,00	0,00
2068	27.160.825,54	-653.279.022,66	-626.118.197,12	0,00
2069	23.408.826,37	-565.441.310,36	-542.032.484,00	0,00
2070	20.012.461,55	-485.457.671,39	-465.445.209,84	0,00
2071	16.963.287,91	-413.241.629,79	-396.278.341,87	0,00
2072	14.249.919,30	-348.626.688,31	-334.376.769,01	0,00
2073	11.856.965,99	-291.337.672,32	-279.480.706,33	0,00
2074	9.764.899,03	-240.989.834,98	-231.224.935,96	0,00
2075	7.953.249,14	-197.163.764,38	-189.210.515,24	0,00
2076	6.400.197,35	-159.397.923,92	-152.997.726,57	0,00
2077	5.084.341,12	-127.235.524,54	-122.151.183,42	0,00
2078	3.982.726,43	-100.170.191,07	-96.187.464,64	0,00
2079	3.072.647,02	-77.694.063,19	-74.621.416,16	0,00
2080	2.330.701,61	-59.271.587,83	-56.940.886,22	0,00
2081	1.734.921,70	-44.393.780,49	-42.658.858,79	0,00
2082	1.265.747,39	-32.607.106,26	-31.341.358,87	0,00
2083	905.053,73	-23.489.082,88	-22.584.029,15	0,00

data base - 31/09/2010

Nota : 1) os detalhes constam do relatório atuarial.

2) A base de dados utilizada na avaliação atuarial contém informações dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal. Nesta base de dados estão inclusos os valores das folhas de inativos e pensionistas da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Edeildo Soares de Oliveira
Atuário Miba 1185 MTE/RJ

CORREGEDORIA FAZENDÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Ordem de Serviço nº 19, de 21 de janeiro de 2010, publicada no DODF nº 15, de 21 de janeiro de 2011, ONDE SE LÊ: “... ORDEM DE SERVIÇO Nº 19, DE 21 DE JANEIRO DE 2010 ...”, LEIA-SE: “... ORDEM DE SERVIÇO Nº 19, DE 21 DE JANEIRO DE 2011 ...”.

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
NÚCLEO DE ESCLARECIMENTO DE NORMAS

CONSULTA Nº: 01/2011;

Processo: 040.004844/2010. Interessado: PAR SERVIÇOS DE MARKETING LTDA; CF/DF Nº; 07.486.652/001-95; Assunto; ISS – Base de cálculo. EMENTA: ISS. Base de cálculo.

1. Valores decorrentes das aquisições de bens e mercadorias necessários à prestação do serviço, nos casos previstos na lista de serviços do ISS sem ressalva à incidência do ICMS, integrarão a base de cálculo do ISS, exceto se houver norma diminutiva ou supressiva da exação correspon-dente. Havendo ressalva quanto ao ICMS, incidirão os dois impostos, cada qual com a base de cálculo que lhe correspon-da.
2. As aquisições de serviços de terceiros (subcontratados), vinculados ao serviço tributável pelo ISS, comporão a base de cálculo do imposto devido pelo contratado, salvo se houver forma expressa de tributação que se subsuma ao caso.
- Senhor Chefe,

O contribuinte em epígrafe, cuja atividade principal constante do cadastro fiscal do Distrito Fe-deral é “consultoria em tecnologia da informação“, formula consulta relativamente ao imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.

A Consulente informa prestar serviços de “consultoria em tecnologia, eventos corporativos, culturais e esportivos, promoções, criação e implementação de campanhas e publicidade.”

Questiona se são dedutíveis da base de cálculo do ISS o valor, objeto de posterior reembolso realizado pelos seus clientes, dos:

1.bens e mercadorias adquiridos “a mando” dos clientes, a eles entregues no estado original de suas aquisições;

2.serviços subcontratados a terceiros.

Aduz, a Consulente, que os valores acima discriminados não integrarão o seu patrimônio, ca-racterizando custos e despesas que serão simplesmente repassados aos tomadores do serviço por ela prestado.

Informa emitir o correspondente documento fiscal, discriminando os “valores de base própria” e aqueles reembolsáveis.

É o relatório.

A indagação ora trazida pela Consulente, pelas atividades descritas, situa-se no campo de incidên-cia do ISS. Destarte, a resposta possível a oferecer não será extraída de dispositivo legal único, mas de uma conjugação de diretrizes que supram a concretude, esta só levemente esboçada à inicial.

No Distrito Federal, regulamentou o ISS seu Decreto nº 25.508/05 – RISS/DF. Em seu art. 27, regulamentando o disposto na Lei Complementar Federal nº 116/03, cuidou o legislador infra-le-gal de repetir-lhe a definição da base de cálculo como o preço do serviço. O primeiro parágrafo desse artigo dispõe como deve ser compreendido o “preço do serviço”, admitindo as inclusões e exclusões ali dispostas. Abaixo, alguns trechos transcritos do dispositivo regulamentar, sob nossos grifos:

“Art. 27. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
“§ 1º Compreende-se por preço do serviço, para fins deste artigo, tudo o que for cobrado em virtude de sua prestação, incluídos: I - os valores acrescidos a qualquer título e os encargos de qualquer natureza, inclusive valores porventura cobrados em separado.(...) § 3º Não se incluem na base de cálculo do imposto o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 (...)”
No RISS/DF, há serviços específicos cujos dispositivos são destacados, a exemplo dos serviços de propaganda e publicidade. Assim, trata o artigo 49:
“Art. 49. Nos serviços de propaganda e publicidade e de agenciamento de publicidade e propaganda, a base de cálculo compreenderá: I - o preço dos serviços próprios de concepção, redação, produção, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; II - o valor das comissões ou dos honorários relativos à veiculação em geral, realizada por ordem e conta do cliente; III - o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre o preço dos serviços relacionados no inciso I deste artigo, quando executados por terceiros, por ordem e conta do cliente; IV - o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre a aquisição de bens ou contratação de serviços por ordem e conta do cliente; V - o preço dos serviços próprios de pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados às suas atividades; VI - o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre reembolsos de despesas decorrentes de pesquisas de mercado, promoção de vendas, relações públicas, viagens, estadas, representação e outros dispêndios feitos por ordem e conta do cliente.
“Parágrafo único. No agenciamento de publicidade e propaganda, a aquisição de bens e os serviços de terceiros serão individualizados e inequivocamente demonstrados ao cliente por ordem e conta de quem foram efetuadas as despesas, mediante documentação hábil e idônea, sob pena de integrar-se à base de cálculo.” (grifamos)
Compondo o preço do serviço, vários elementos tais como o custo do serviço, lucro, frete, impostos devidos, despesas operacionais etc, via de regra, integram a base de cálculo, vez que cobrados em virtude da prestação do serviço alcançável pelo imposto (RISS/DF, art. 27, § 1º). De notar, as excepcionalidades à regra foram listadas de forma destacada, e.g. o art. 49 do RISS/DF (prestação de serviços de propaganda e publicidade).
Quanto a bens e mercadorias adquiridos, suprimindo a necessidade à prestação do serviço tributável pelo ISS, esclarecedoras são as lições de Ricardo Ferreira, in “Manual do ISS e Lista Comentada de Serviços”, Ed. Ferreira, 2006, p.39:
“(…) Há casos, porém, em que a lista de serviços faz ressalva, estabelecendo que, sobre o fornecimento de mercadorias necessárias à prestação do serviço, haverá incidência do ICMS.
“Quando não há ressalva na lista, o ISS incide também sobre o valor do material utilizado na prestação do serviço.
Assim, bens e mercadorias necessários à prestação de serviço constante da lista do ISS, cujo item que lhe corresponda não faça ressalva quanto à incidência do ICMS, ou não estejam expressamente previstos em norma isentiva, e.g. o § 3º do art. 27 do RISS/DF, integrarão a base de cálculo do imposto sobre serviços.
Em verdade, sempre que quis o legislador estabelecer redução de base de cálculo do imposto em referência ou exclusão de elementos que normalmente comporiam tal base impositiva, cuidou da matéria taxativamente, tal como fez no § 1º do art. 27 e no art. 49 do RISS/DF.
De tudo, é possível concluir:
1. Valores decorrentes das aquisições de bens e mercadorias necessários à prestação do serviço, nos casos previstos na lista de serviços do ISS sem ressalva à incidência do ICMS, integrarão a base de cálculo do ISS, exceto se houver norma diminutiva ou supressiva da exação correspondente. Havendo ressalva quanto ao ICMS, incidirão os dois impostos, cada qual com a base de cálculo que lhe corresponda.
2.As aquisições de serviços de terceiros (subcontratados), vinculados ao serviço tributável pelo ISS, comporão a base de cálculo do imposto devido pelo contratado, salvo se houver forma expressa de tributação que se subsuma ao caso.
3.Não é prevista na legislação tributária vigente, situação de aquisição, pelo contratado, de bens, mercadorias ou serviços por conta e ordem do contratante (tomador do serviço tributável pelo ISS), cujos valores posteriormente reembolsados deem ensejo à redução da base de cálculo do imposto municipal.
É a resposta.
Em razão de o assunto aqui tratado versar sobre matéria disciplinada na legislação, não se aplica à presente consulta o benefício previsto no art. 44 do Decreto 16.106/94, nos termos do art. 46, V, do mesmo diploma legal.
É o parecer.

Brasília/DF, 24 de janeiro de 2011
ANTONIO BARBOSA JUNIOR
Auditor Tributário
matrícula 46.181-4

Processo: 040.004844/2010; Interessado: PAR SERVIÇOS DE MARKETING LTDA.
À Diretoria de Tributação - DITRI
Senhor Diretor,
De acordo.
Encaminhamos à aprovação desta Diretoria o parecer supra.

Brasília/DF, 25 de janeiro de 2011
FAYAD FERREIRA
Núcleo de Esclarecimento de Normas
Chefe

Aprovo o parecer do Núcleo de Esclarecimento de Normas – NUESC/GELEG, desta Diretoria

de Tributação, com fulcro no que dispõe a alínea “a” do inciso I do art. 1º da Ordem de Serviço nº. 10, de 13 de fevereiro de 2009 (DODF nº 34, de 17 de fevereiro de 2009).
A presente decisão terá efeito normativo 10 (dez) dias após a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 54 do Decreto nº 16.106/94.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Senhor Secretário de Estado de Fazenda, no prazo de 20 (vinte) dias contado de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme dispõe o art. 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se nos termos da competência constante do inciso II do art. 113 do Anexo Único à Portaria SEFP nº 648, de 2001, com a redação da Portaria SEFP nº 563, de 2002.
Adotem-se as demais providências aplicáveis ao caso

Brasília/DF, 25 de janeiro de 2011.
MAURÍCIO ALVES MARQUES
Diretoria de Tributação
Diretor em exercício

DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA – BRASÍLIA

DESPACHO DEFERIMENTO Nº 3, DE 26 DE JANEIRO DE 2011.
Assunto: Restituição/Compensação
O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA-BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no Anexo Único à Portaria nº. 648 de 21/12/2001, alterado pela Portaria nº 563, de 05/09/2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 10, de 13/02/2009, subdelegada pela Ordem de Serviço nº 6, de 16/02/2009, fundamentado na Lei Complementar nº 4/94 – CT/DF e no Decreto nº 16.106/94, RESOLVE: DEFERIR os pedidos de restituições/compensações dos contribuintes abaixo relacionados, na seguinte ordem de processo, interessado, tributo, exercício, valor: 042.004102/2009, COMERCIO DE PESCADOS PEIXE VIVO LTDA EPP, ICMS, 2010, R\$ 1.560,36; 127.010034/2010, HELENO CARDOSO DA COSTA, IPTU/TLP, 2007 A 2010, R\$ 5.575,48; 048.001385/2006, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA – EMBRAPA, ISS, 2008, R\$ 6.093,84; 127.010462/2010, CARLOS HAYATO YAMANE, IPTU/TLP, 2010, R\$ 255,60; 127.003757/2010, EDUARDO BENTES MONTEIRO, ITCD, 2010, R\$ 3.048,07; 127.004801/2010, HUGO SOARES JUNIOR, IPTU/TLP, 2006, R\$ 11.571,72; 127.004211/2010, DANIELA MENDONÇA MOTA, ITCD, 2010, R\$ 381,71; 127.009165/2010, ALBERICO EUGENIO DE LACERDA GONTIJO, IPTU/TLP, 2010, R\$ 283,63; 127.008585/2010, CARLA DIAS VIAGENS E EVENTOS LTDA, ISS, 2010, R\$ 545.800,60; 040.003444/2010, CENTERPRINTING GRAFICA DIGITAL LTDA, ISS, 2009, R\$ 12.404,17; 127.000417/2011, ANA CLAUDIA CARLONI BENZI, IPVA, 2010, R\$ 196,73; 127.000432/2011, IARA JANETE GRANICH, TLP, 2009, R\$ 594,12.
RICARDO PASSOS SANTOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 4, DE 26 DE JANEIRO DE 2011.
Assunto: Restituição/Compensação.
O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA-BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência prevista no Anexo Único à Portaria nº 648 de 21/12/2001, alterado pela Portaria nº 563, de 5/09/2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 10, de 13/02/2009, subdelegada pela Ordem de Serviço nº 6, de 16/02/2009, fundamentado na Lei Complementar nº 04/94 – CT/DF e no Decreto nº 16.106/94, RESOLVE: INDEFERIR os pedidos de restituição/compensação dos contribuintes abaixo relacionados, na seguinte ordem de processo, interessado e motivo: 040.003035/2010, COPY SYSTEMS SISTEMAS GRAFICOS LTDA EPP, POR NÃO TRATAR-SE DE RETENÇÃO INDEVIDA DO ISS INCIDENTE SOBRE OS SERVIÇOS CONSTANTES DO CONTRATO Nº 004/2005, FIRMADO PELO CONTRIBUINTE JUNTO AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.
RICARDO PASSOS SANTOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2011.
Assunto: Isenção de ICMS para Deficientes Físicos.
O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA - BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e da competência que lhe foi delegada pela alínea “a”, inciso V do art. 1º da Ordem de Serviço nº 29, de 27/03/2007, DECIDE INDEFERIR o pedido de isenção do ICMS, com fundamento no item 130, Caderno I, Anexo I do Decreto nº 18.955/1997, respectivamente para o veículo a seguir identificado na seguinte ordem de processo, interessado e motivo: 127.009530/2010, MARCO JOSE MUNIZ, POR CONTRARIAR A PREVISÃO DE QUE O VEÍCULO SEJA DIRIGIDO PELO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA; 127.010565/2010, JOAO BATISTA MACHADO, NÃO APRESENTOU O LAUDO DA JUNTA MÉDICA ESPECIAL FORNECIDO PELO DETRAN/DF; 127.010221/2010, ADELITA GUASCO, AINDA NÃO DECORRERAM OS TRÊS ANOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAR NOVO BENEFÍCIO.
RICARDO PASSOS SANTOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 6, DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.

Assunto: Remissão/Não Incidência IPVA.

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21/12/2001, alterado pela Portaria nº 563, de 5/09/2002, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 29, de 27/03/2007, e fundamentado na Lei nº 7.431, de 17/12/1985, com redação dada pela Lei nº 2.670, de 11/01/2001, resolve: INDEFERIR o (s) pedido (s) de Remissão/Não Incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, em razão da ocorrência de roubo/furto, a seguir citado (s), por não observar (em) a (s) condição (ões) estipulada (s) em lei, na seguinte ordem de processo, interessado, placa, exercício e motivo: 127.000339/2011, SEBASTIÃO DA SILVA LIMA, LOF 7950, 2010, TENDO EM VISTA O VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA EM 01/06/2010. O (s) interessado (s) tem (têm) o prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação, para recorrer da presente decisão, conforme § 3º do artigo 70 do Decreto nº. 16.106/94.

RICARDO PASSOS SANTOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 7, DE 26 DE JANEIRO DE 2011.

Assunto: Alteração de Alíquota - imóveis comerciais utilizados exclusivamente para fins residenciais

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA-BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL no uso da competência prevista no Anexo Único à Portaria nº 648 de 21/12/2001, alterado pela Portaria nº 563, de 5/09/2002, tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 10, de 13/02/2009, subdelegada pela Ordem de Serviço nº 6, de 16/02/2009, e fundamentado no Decreto-Lei nº 82, de 26/12/1966, Decreto nº 28.445, de 20/11/2007, Lei nº 6945, de 14/09/81, com a redação dada pela Lei nº 4.022, de 28/09/2007 RESOLVE: INDEFERIR o (s) pedido (s) de alteração de alíquota de IPTU e valor da TLP de imóveis comerciais utilizados exclusivamente para fins residenciais, referente ao (s) exercício (s) de 2008 para o (s) imóvel (eis), a seguir citado (s), por não observar (em) a (s) condição (ões) estipulada (s) citada na legislação tributária, na seguinte ordem de processo, interessado, inscrição e motivo: 127.000559/2011, ANTONIO DE FREITAS FILHO, 4767816-X, CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA APRESENTADAS DOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO/2010, INDICAM A CLASSE DE CONSUMO COMERCIAL; 127.000538/2011, RAFAEL MOREIRA MOTA, 5087727-5, A CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA APRESENTADA, DO MÊS DE DEZEMBRO/2010, INDICA A CLASSE DE CONSUMO COMERCIAL; 127.000534/2011, MARIA DO CARMO DOS SANTOS CUNHA, 4862397-0, EXISTE EMPRESA ATIVA NESSA INSCRIÇÃO DE IMÓVEL; 127.000433/2011, JANETE ANA RIBEIRO VAZ, 5076146-3, A CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA APRESENTADA, DO MÊS DE DEZEMBRO/2010, INDICA A CLASSE DE CONSUMO COMERCIAL; 127.000294/2011, JULIANE PENA LAUAR, 5087671-6, A CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA APRESENTADA, DO MÊS DE DEZEMBRO/2010, INDICA A CLASSE DE CONSUMO COMERCIAL; 127.000117/2011, ETEL TOMAZ, 5084519-5, A CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA APRESENTADA, DO MÊS DE DEZEMBRO/2010, INDICA A CLASSE DE CONSUMO COMERCIAL; 127.000122/2011, REJANE REZENDE, 5096404-6, A CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA APRESENTADA, DO MÊS DE DEZEMBRO/2010, INDICA A CLASSE DE CONSUMO COMERCIAL; 127.000525/2011, FABIANO DAVID DE OLIVEIRA JOTA, 4645099-8, EXISTE EMPRESA ATIVA NESSA INSCRIÇÃO DE IMÓVEL. O (s) interessado (s) tem (têm) o prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação, para recorrer da presente decisão, conforme § 3º, do artigo 70 do Decreto nº. 16.106/94.

RICARDO PASSOS SANTOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 8, DE 26 DE JANEIRO DE 2011.

Assunto: Isenção do IPTU/TLP - Aposentados/pensionistas - Lei nº 4.072/2007 e Lei nº 4.022/2007

O GERENTE DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO DA RECEITA DE BRASÍLIA, DA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Anexo Único da Portaria nº 648, de 21/12/2001, alterado pela Portaria nº 563, de 5/09/2002, e no uso da delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço nº 10, de 13 de fevereiro de 2009, artigo 1º, inciso III, alínea “a”, item 1/, combinada com a Ordem de Serviço nº 06, de 16 de fevereiro de 2009, e com fundamento na Lei nº 4.072, de 27 de dezembro de 2007, inciso VII, art. 5º, e Lei nº 4.022, de 28 de setembro de 2007, art. 2º, inciso XII, alterada pela Lei nº 4.287, de 26 de dezembro de 2008, RESOLVE: INDEFERIR o pedido de isenção de IPTU/TLP, a seguir citado(s), por não observar(em) a(s) condição(ões) estipulada(s) na(s) citada(s) legislação(ões) tributária, na seguinte ordem de processo, interessado, tributo e motivo: 127.010728/2010, ANGELO FRANCISCO DE SOUZA, IPTU/TLP, O INTERESSADO NÃO APRESENTOU COMPROVANTES DE RENDIMENTO. O(s) interessado(s) tem o prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação, para recorrer da presente decisão, conforme §3º, art. 70 do Processo Administrativo Fiscal, Decreto nº 16.106/1994.

RICARDO PASSOS SANTOS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PORTARIA Nº 3, DE 25 DE JANEIRO DE 2011.

Torna sem feito as aprovações das cartas-consultas, e determina o arquivamento dos referidos processos de incentivos econômicos no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – do PRÓ/DF II, das empresas abaixo relacionadas:

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24.430, de 02 de março de 2004, que regulamenta as Leis nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e 3.266 de 30 de dezembro de 2003; RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a aprovação das cartas consultas, dos respectivos processos: CAMBUI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - Processo nº 370.000.580/2009; HOME CENTER MARANATA LTDA – Processo nº 370.000.260/2009; e MARANATA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – Processo nº 370.000.501/2009

Art. 2º Determinar o arquivamento dos processos constante no art. 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JÓSE MOACIR DE SOUSA VIEIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO Nº 16, DE 11 DE JANEIRO DE 2011.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XLI, do Regimento Interno do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Designar o Chefe do Núcleo de Receita do DETRAN-DF, como executor do Contrato nº 2/2008, firmado entre o DETRAN-DF e o BANCO DO BRASIL S/A,

Art. 2º Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALVES BEZERRA

INSTRUÇÃO Nº 17, DE 11 DE JANEIRO DE 2011.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XLI, do Regimento Interno do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 27.784, de 16 de março de 2007, RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Chefe do Núcleo de Receita do DETRAN-DF, como executor do Contrato nº 12/2010, firmado entre o DETRAN-DF e o BANCO de Brasília S/A,

Art. 2º Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALVES BEZERRA

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

Dispõe sobre o contingenciamento de dotações orçamentárias, programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício financeiro de 2011, nos termos dos arts. 25 e 26, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e dá outras providências.

OS SECRETÁRIOS DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL no uso de suas atribuições regimentais e em cumprimento do disposto no art. 25 e 26, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e do Decreto nº 32.716, de 01 de janeiro de 2011, e nos termos do art. 1º, §1º e do art. 8º, ambos da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, resolve:

Art. 1º Para execução do orçamento do exercício corrente, os Órgãos, os Fundos e as Entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observarão as normas de execução de despesa pública, o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e as disposições contidas nesta Portaria.

Art. 2º As dotações orçamentárias para o exercício financeiro de 2011, relativas aos órgãos mencionados no artigo anterior, ficam contingenciadas, conforme os valores, a fonte de recurso e os grupos de despesa definidos no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às dotações relativas a:

I - grupos de natureza de despesa:

“1-Pessoal e Encargos Sociais”;

“2-Juros e Encargos da Dívida”;

“5- Inversões Financeiras”;

“6-Amortização da Dívida”;

II - “Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA”;

III - contrapartida de operações de crédito e convênios;

IV - inativos;
V - PASEP;
VI - requisitos judiciais;
VII - despesas com benefícios a servidores;
VIII - subtítulos inseridos por emendas parlamentares;
IX- outras despesas obrigatórias de caráter continuado;
X - demais obrigações patronais.

Art. 3º As unidades orçamentárias poderão solicitar formalmente a substituição total ou parcial do contingenciamento de dotação, na mesma fonte e valor, por outra, mediante justificativa, ao órgão central de orçamento.

§ 1º O contingenciamento poderá ser alterado de modo que a soma dos valores contingenciados corresponda aos totais estabelecidos no Anexo I desta Portaria.

§ 2º O descontingenciamento poderá ocorrer, no todo ou em parte, a cada bimestre, se verificado incremento no comportamento da receita e após análise da despesa pelos órgãos centrais de orçamento e finanças.

Art. 4º Compete aos titulares dos órgãos, em conjunto com os respectivos ordenadores de despesas, procederem à adequação do gasto previsto na Lei Orçamentária à limitação de empenho estabelecida nesta Portaria.

§ 1º Os titulares dos órgãos e seus respectivos ordenadores de despesas são responsáveis pela priorização dos empenhos relativos ao cumprimento das obrigações contratuais, constitucionais e legais, bem como das despesas obrigatórias de caráter continuado, de modo a assegurar o funcionamento normal e regular dos serviços públicos.

§ 2º Fica vedada a realização de novas despesas ou a assunção de compromissos utilizando-se de recursos já compromissados, nos termos do art. 167, inciso II, da Constituição, sujeitando-se o ordenador de despesas às penalidades da lei.

§ 3º A adequação a que se refere o caput deste artigo deverá ser compatível com o disposto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e nas demais legislações pertinentes.

Art. 5º Os titulares dos órgãos e seus respectivos ordenadores de despesas deverão observar, com especial atenção, a necessidade de se cumprir o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6º Fica a Subsecretaria de Orçamento, da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, incumbida de acompanhar e efetuar os ajustes necessários, se eventualmente as Unidades não observarem o contido nesta Portaria.

Art. 7º. Os limites mensais da programação financeira de 2011 autorizados para pagamento de “Pessoal”, “Juros e Encargos da Dívida”, “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos”, “Inversões Financeiras” e ”Amortização da Dívida Consolidada” são os constantes do Anexo II, III, IV e V desta Portaria.

Art. 8º. A Subsecretaria do Tesouro – SUTES da Secretaria de Estado de fazenda, disponibilizará no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO os limites para pagamento de “Outras Despesas Correntes” e de “Investimentos”, de acordo com a arrecadação dos valores mensais e do fluxo de despesa de cada Unidade Orçamentária, detalhados por categoria de gastos e por fonte de recursos.

Art. 9º. Os recursos vinculados de convênios e de operações de crédito serão transferidos às Unidades Orçamentárias beneficiárias dos respectivos recursos após seus ingressos no Tesouro do Distrito Federal.

Parágrafo único. A despesa com recurso de convênio e de operações de crédito será ajustada ao valor da efetiva arrecadação, devendo a Unidade Gestora proceder, ao final do exercício, ao cancelamento da diferença empenhada a maior.

Art. 10. Os valores anuais autorizados para pagamento de “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida”, “Inversões Financeiras” e ”Amortização da Dívida Consolidada” com recursos do Tesouro serão disponibilizados no SIGGO, mediante o envio de “Resumo da Despesa” à SUTES/SEF.

Art. 11 A SUTES transferirá os recursos financeiros que tenham sido alocados às Unidades Gestoras - UGs das entidades da administração indireta mediante mensagem pelo SIGGO.

§1º Cabe à SUTES monitorar as transferências de recursos financeiros referidos no artigo anterior e proceder aos ajustes necessários dos fluxos financeiros, assim como orientar às UGs quanto aos procedimentos a serem seguidos, visando otimizar a administração do caixa do Tesouro do Distrito Federal.

§2º Os Restos a Pagar Não Processados da Administração Indireta deverão ser solicitados à SUTES via mensagem no SIGGO.

Art. 12 A SUTES orientará às UGs que estimem periodicamente seus gastos para liberar os recursos financeiros por meio de mensagem no SIGGO.

Art. 13. As metas para o resultado primário constam do Anexo VI desta Portaria.

Art. 14 As despesas realizadas em desacordo com as determinações constantes desta Portaria serão objeto de imediata apuração por parte Corregedoria da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, que responsabilizará as autoridades ou agentes que lhe deram causa.

Art.15 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

EDSON RONALDO NASCIMENTO

Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento

VALDIR MOYSES SIMÃO

Secretário de Estado de Fazenda

ANEXO I			
Dotação contingenciada por unidade orçamentária na Fonte 100 - ordinário não vinculado, para os grupos de despesa: 3 - Outras Despesas Correntes e 4 - Investimento.			
UO	LOA		TOTAL
	3	4	
10101 - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	237.699	182.873	420.572
11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	21.854.548	700.000	22.554.548
11103 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA	2.391.617	717.536	3.109.153
11104 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	868.500	115.000	983.500
11105 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	2.153.190	1.700.000	3.853.190
11106 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	1.550.000	390.000	1.940.000
11107 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	1.444.013	199.000	1.643.013
11108 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	1.483.540	250.000	1.733.540
11109 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	500.000	200.000	700.000
11110 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	145.000	200.000	345.000
11111 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	1.680.000	665.000	2.345.000
11112 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	230.500	350.000	580.500
11113 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	205.000	80.000	285.000
11114 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	744.000	250.000	994.000
11115 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	750.000	250.000	1.000.000
11116 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	700.000	300.000	1.000.000
11117 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	1.134.000	350.000	1.484.000
11118 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	70.000	50.000	120.000
11119 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO	154.792	153.000	307.792
11120 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	22.000	170.000	192.000
11121 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	64.000	0	64.000
11122 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	250.000	50.000	300.000
11123 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	120.000	0	120.000
11124 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL	135.000	0	135.000
11125 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	48.000	0	48.000
11126 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	56.000	18.000	74.000
11127 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	120.000	0	120.000
11128 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	105.000	0	105.000

11129 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	100.000	10.000	110.000
11130 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	180.000	0	180.000
11131 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	35.000	0	35.000
11133 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	114.000	0	114.000
12101 - PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	0	2.638.577	2.638.577
14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL	1.300.000	5.911.000	7.211.000
14203 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER	601.712	1.960.000	2.561.712
14903 - FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL - FDS	91.423	0	91.423
15101 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	19.930.170	0	19.930.170
16101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	10.920.000	2.395.798	13.315.798
16102 - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	109.707	38.480	148.187
16903 - FUNDO DE ARTE E DA CULTURA	6.700.256	0	6.700.256
17101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL	19.999.000	694.830	20.693.830
17902 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	12.279.910	39.579	12.319.489
18101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	50.295.139	1.526.785	51.821.924
18202 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB	10.000	10.000	20.000
19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL	4.350.000	1.350.000	5.700.000
19902 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	1.700.000	0	1.700.000
20101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	700.000	99.129	799.129
22101 - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	2.184.650	44.200.043	46.384.693
22201 - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP	1.726.324	200.000	1.926.324
23202 - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB	76.796	549.708	626.504
23203 - FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPCS	150.000	43.977	193.977
23901 - FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	113.995.790	9.728.488	123.724.278
24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	10.001.654	505.731	10.507.385
24103 - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	1.518.569	191.298	1.709.867
24104 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	292.553	151.813	444.366
24105 - POLÍCIA CÍVIL DO DISTRITO FEDERAL	0	2.199	2.199
24202 - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP	50.000	109.942	159.942
25101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL	5.447.052	1.400.000	6.847.052
25902 - FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL - FUNGER	346.692	219.883	566.575
26101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL	3.957.000	280.000	4.237.000
26201 - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB	929.219	0	929.219
26204 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS	8.092.000	0	8.092.000
26205 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	6.679.200	18.100.000	24.779.200
26206 - COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ DF	5.300.000	24.500.000	29.800.000
27101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	5.292.692	43.977	5.336.669
27901 - FUNDO DE FOMENTO À INDUSTRIA DO TURISMO NO DISTRITO FEDERAL	80.452	0	80.452
28101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACAO DO DISTRITO FEDERAL	1.800.000	350.000	2.150.000
28102 - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	5.000	1.100	6.100
28204 - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	4.200	5.100	9.300
28205 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU	8.200.000	52.800	8.252.800
28206 - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA	4.275.700	44.000	4.319.700
28207 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	2.084.439	43.977	2.128.416
28208 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	841.000	260.000	1.101.000
28209 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB	1.830.000	30.000	1.860.000
32101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	35.563.469	439.766	36.003.235
32202 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS	2.742.684	109.942	2.852.626
32203 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	914.228	109.942	1.024.170
34101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL	5.684.529	4.000.000	9.684.529
34902 - FUNDO DE APOIO AO ESPORTE	420.545	0	420.545

ANEXO II

PESSOAL

[illegible]

ANEXO II

PESSOAL

[illegible]

[illegible][illegible]

ANEXO V

INVESTIMENTO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Fonte	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Soma
10101 - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	100	16.667	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	17.127
11101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	100	83.333	19.697	19.697	19.697	19.697	19.697	19.697	19.697	19.697	19.697	19.697	19.697	300.000
11103 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA	100	116.667	51.436	51.436	51.436	51.436	51.436	51.436	51.436	51.436	51.436	51.436	51.436	682.464
11104 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	100	62.500	52.045	52.045	52.045	52.045	52.045	52.045	52.045	52.045	52.045	52.045	52.045	635.000
11105 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	100	532.500	377.955	377.955	377.955	377.955	377.955	377.955	377.955	377.955	377.955	377.955	377.955	4.690.000
11106 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	100	129.167	93.712	93.712	93.712	93.712	93.712	93.712	93.712	93.712	93.712	93.712	93.712	1.160.000
11107 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	100	75.000	56.909	56.909	56.909	56.909	56.909	56.909	56.909	56.909	56.909	56.909	56.909	701.000
11108 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	100	75.000	52.273	52.273	52.273	52.273	52.273	52.273	52.273	52.273	52.273	52.273	52.273	650.000
11109 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	100	41.667	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	300.000
11110 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	100	41.667	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	23.485	300.000
11111 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	100	190.000	129.545	129.545	129.545	129.545	129.545	129.545	129.545	129.545	129.545	129.545	129.545	1.615.000
11112 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	100	112.500	80.682	80.682	80.682	80.682	80.682	80.682	80.682	80.682	80.682	80.682	80.682	1.000.000
11113 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	100	31.667	24.394	24.394	24.394	24.394	24.394	24.394	24.394	24.394	24.394	24.394	24.394	300.000
11114 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	100	173.333	150.606	150.606	150.606	150.606	150.606	150.606	150.606	150.606	150.606	150.606	150.606	1.830.000
11115 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	100	550.000	527.273	527.273	527.273	527.273	527.273	527.273	527.273	527.273	527.273	527.273	527.273	6.350.000
11116 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	100	91.667	64.394	64.394	64.394	64.394	64.394	64.394	64.394	64.394	64.394	64.394	64.394	800.000
11117 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	100	172.917	141.098	141.098	141.098	141.098	141.098	141.098	141.098	141.098	141.098	141.098	141.098	1.725.000
11118 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	100	25.000	20.455	20.455	20.455	20.455	20.455	20.455	20.455	20.455	20.455	20.455	20.455	250.000
11119 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO	100	41.667	27.758	27.758	27.758	27.758	27.758	27.758	27.758	27.758	27.758	27.758	27.758	347.000
11120 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	100	66.667	51.212	51.212	51.212	51.212	51.212	51.212	51.212	51.212	51.212	51.212	51.212	630.000
11121 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	100	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	200.000
11122 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	100	58.333	53.788	53.788	53.788	53.788	53.788	53.788	53.788	53.788	53.788	53.788	53.788	650.000
11123 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	100	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	200.000
11124 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL	100	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	300.000
11125 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	100	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	16.667	200.000
11126 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	100	41.667	40.030	40.030	40.030	40.030	40.030	40.030	40.030	40.030	40.030	40.030	40.030	482.000

ANEXO V

INVESTIMENTO

[illegible]

32101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	100	166.667	126.688	126.688	126.688	126.688	126.688	126.688	126.688	126.688	126.688	126.688	126.688	1.560.234
32101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	100	41.667	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	390.058
32203 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	100	41.667	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	31.672	390.058
32901 - FUNDO DE MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA - PRO-GESTÃO	120	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	58.333	700.000
34101 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL	100	833.333	469.697	469.697	469.697	469.697	469.697	469.697	469.697	469.697	469.697	469.697	469.697	6.000.000
	132	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	1.500.000

ANEXO V
INVESTIMENTO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Fonte	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Soma
40101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL	100	350.000	266.045	266.045	266.045	266.045	266.045	266.045	266.045	266.045	266.045	266.045	266.045	3.276.491
40201 - FUNDACAO DE APOIO À PESQUISA - FAP	100	145.833	110.852	110.852	110.852	110.852	110.852	110.852	110.852	110.852	110.852	110.852	110.852	1.365.205
44101 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	100	5.152.500	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	4.748.136	57.382.000
44902 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	120	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	9.583	115.000
44903 - FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE	120	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	41.603	499.230
45101 - CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	100	83.333	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	780.117
48101 - CENTRO DE ASSISTENCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	100	587.500	446.575	446.575	446.575	446.575	446.575	446.575	446.575	446.575	446.575	446.575	446.575	5.499.825
48901 - FUNDO DE APOIO AO APARELHAMENTO DO CENTRO DE ASSISTENCIA JUDICIÁRIA - PROJUR	120	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	38.068	456.813
	160	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	6.234	74.805
49101 - SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PUBLICA E SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	100	83.333	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	780.117
49201 - AGENCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - AGEFIS	100	83.333	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	63.344	780.117
		210.270.755	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	197.757.628	2.385.604.663

ANEXO VI
RESULTADO PRIMÁRIO R\$1,000

ESPECIFICAÇÕES	PREVISÕES BIMESTRAIS ACUMULADAS - 2011					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
1 - Receita Total (Corrente + Capital)	2.686.352	5.372.704	8.059.056	10.745.408	13.431.760	15.122.121
1.1 - Deduções (Receita Financeiras)	174.029	348.058	522.087	696.116	870.140	1.044.170
1.1.1 - Aplicações Financeiras	16.931	33.862	50.793	67.724	84.653	101.584
1.1.2 - Alienações de Bens	6.300	12.600	18.900	25.200	31.500	37.800
1.1.3 - Operações de Crédito	148.377	296.754	445.131	593.508	741.882	890.259
1.1.4 - Amortizações de Financiamento	2.421	4.842	7.263	9.684	12.105	14.527
Receita Primária Total (1 - 1.1) (A)	2.512.323	5.024.646	7.536.969	10.049.292	12.561.620	14.077.951
2 - Despesa Total (Corrente + Capital)	2.426.617	4.853.234	7.279.851	9.706.468	12.133.085	14.559.702
2.1 - Deduções (Despesas Financeiras)	92.781	185.562	278.343	371.124	463.902	556.685
2.1.1 - Juros e Encargos da Dívida	32.949	65.898	98.847	131.796	164.745	197.696
2.1.2 - Amortização da Dívida	29.143	58.286	87.429	116.572	145.712	174.855
2.1.3 - Concessão de Empréstimos	30.689	61.378	92.067	122.756	153.445	184.134
Despesa Primária Total (2 - 2.1) (B)	2.333.836	4.667.672	7.001.508	9.335.344	11.669.183	14.003.017
3 - RESULTADO PRIMARIO (A - B)	178.487	356.974	535.461	713.948	892.437	74.934

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
janeiro-10 a dezembro-10

RFG - Anexo I (LRF, art. 55, inc. I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	238.646.408,30	-
Pessoal Ativo	141.418.022,64	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	97.228.385,66	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	109.410.557,10	
Abono pecuniário (Dec.18/2003-TCDF)	3.656.784,19	
Abono permanência (Dec. 67/2007-TCDF)	701.864,10	
Benefícios de natureza assistencial (Dec. 5928/2001-TCDF)	789.887,42	
Licença-Prêmio em pecúnia (Dec.18/2003 c/c 25/2003-TCDF)	2.939.209,70	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores		
Pessoal Ativo	7.033.635,73	
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 206 (Dec. 848/2007-TCDF)	13.371.763,20	
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 206 (Dec. 848/2007-TCDF)	69.327.255,90	
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 255 (art. 19, inc. VI da LRF)	11.590.156,86	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III)=(I)-(II)	129.235.851,20	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa+IIIb)		129.235.851,20
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)		11.485.148.499,11
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V) * 100		1,13%
LIMITE MÁXIMO (alínea "a", inciso II, art. 20 da LRF) – 1,30%		149.306.930,49
LIMITE PRUDENCIAL (par. único, art. 22 da LRF) – 1,24%		141.841.583,96

- Notas Explicativas:
- Este Demonstrativo foi elaborado conforme o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais/STN (2ª ed.), consoante o § 2º do art. 1º da Res. nº 131/2000-TCDF.
 - Os valores da despesa com pessoal ativo são obtidos do Sistema de Gestão Governamental do GDF (SIGGO), razão da conta contábil 292130200 e 293431102. A Receita Corrente Líquida é apurada pela Secretaria da Fazenda do DF. Os valores referentes às despesas decorrentes de decisão judicial e as despesas de exercícios anteriores fora do período de apuração são informados pela Seção de Pagamento do TCDF. As despesas inscritas em Restos a Pagar não-processados são consideradas liquidadas no encerramento do exercício (art. 35, inc. II da Lei 4.320/64).
 - Os valores da despesa com pessoal inativo e pensionista são apurados extra-SIGGO, pelas informações repassadas ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF-IPREV, inclusive os valores referentes à fonte 255 (fundo capitalizado), que corresponde à soma dos depósitos do TCDF em favor do IPREV, consoante a Lei Complementar nº 768/2008-DF. Admite-se que todas as despesas de exercícios anteriores pagas pelo IPREV são empenhadas à fonte 206 (fundo financeiro), para evitar dupla contagem na apuração das despesas não computadas.
 - A partir do exercício de 2009, as fontes 106 e 155 foram substituídas pelas fontes 206 e 255.
 - Os benefícios de natureza assistencial compreendem os auxílios funeral, invalidez, natalidade e creche e estão considerados na Despesa Bruta com Pessoal Ativo.

Paulo Cavalcanti de Oliveira
Diretor-Geral de Administração

Humberto de Souza Ferro Junior
Diretor de Controle Interno

Manoel Paulo de Andrade Neto
Presidente - em exercício

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN-10 A DEZ-10

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, inc. III, alínea "b")

R\$ 1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	LIQUIDADOS E NÃO PAGOS (PROCESSADOS)		EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS (NÃO PROCESSADOS)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA Tribunal de Contas do DF	-	-	-	1.841.449,67	-
TOTAL	-	-	-	1.841.449,67	-

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

4.477.902,79

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	LIQUIDADOS E NÃO PAGOS (PROCESSADOS)		EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS (NÃO PROCESSADOS)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
100000000 - Ordinário não vinculado	-	-	-	1.420.019,90	
132003876 - Conv GDF/TCDF/MPPOG			-	421.429,77	
TOTAL	-	-	-	1.841.449,67	-

Fonte: Sistema de Gestão Governamental do DF - SIGGO

Fonte: Sistema de Gestão Governamental do DF - SIGGO

Paulo Cavalcanti de Oliveira
Diretor-Geral de Administração

Humberto de Souza Ferro Junior
Diretor de Controle Interno

Manoel Paulo de Andrade Neto
Presidente - em exercício

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN-10 A DEZ-10

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inc. III, alínea "a")		R\$ 1,00	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	6.319.352,46	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	-
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	5.212.439,39	Restos a pagar processados	-
conta movimento	5.197.743,24	do exercício	-
conta vinculada	14.696,15	de exercícios anteriores	-
Aplicações financeiras	1.106.913,07	Outras obrigações financeiras	-
conta vinculada	1.106.913,07		
Outras disponibilid. financeiras	-		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (II)	6.319.352,46
TOTAL	6.319.352,46	TOTAL	6.319.352,46
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)		1.841.449,67	
SUFICIÊNCIA APOS A INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (IV)=(II)-(III)		4.477.902,79	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental do DF - SIGGO

Paulo Cavalcanti de Oliveira
Diretor-Geral de Administração

Humberto de Souza Ferro Junior
Diretor de Controle Interno

Manoel Paulo de Andrade Neto
Presidente - em exercício

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN-10 A DEZ-10

RGF - Anexo VII (LRF, art. 48)		R\$ 1,00
		(últimos 12 meses)
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com pessoal	129.235.851,20	1,13%
LIMITE MÁXIMO (alínea “a” , inciso II, art. 20 da LRF) – 1,30%	149.306.930,49	1,30%
LIMITE PRUDENCIAL (par. único, art. 22 da LRF) – 95%	141.841.583,96	1,24%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO	SUFICIÊNCIA
	EM RESTOS A	ANTES DA INSC.
	PAGAR NÃO	EM RESTOS A
	PROCESSADOS	PAGAR NÃO
		PROCESSADOS
Valor apurado no Demonstrativo de Restos a Pagar	1.841.449,67	6.319.352,46
Fonte: Sistema de Gestão Governamental do DF - SIGGO		

Paulo Cavalcanti de Oliveira
Diretor-Geral de Administração

Humberto de Souza Ferro Junior
Diretor de Controle Interno

Manoel Paulo de Andrade Neto
Presidente - em exercício

SECRETARIA DAS SESSÕES

PAUTA Nº 1/2011, SESSÕES PLENÁRIAS DO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2011. (*)
Processos ordenados, sequencialmente, por tipo de sessão, Relator, assunto e interessado.
SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4396.

Conselheiro Manoel Paulo de Andrade Neto: 1) 38773/10, Licitação, Terracap.
Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha: 1) 1142/02, Auditoria de Regularidade, Dep de Estradas e Rodagens do DF; 2) 18011/05, Pensão Civil, Maria Ferreira de Andrade Sousa; 3) 20202/05, Aposentadoria, Anna Maria Lima Sales; 4) 12659/07, Aposentadoria, Walter Miro Castanheira; 5) 12772/07, Aposentadoria, Mario Pereira dos Santos; 6) 8434/08, Aposentadoria, Ronelito Ferreira de Melo; 7) 19399/08, Aposentadoria, Tadeu Roxsander dos Santos; 8) 30473/08, Dispensa / Inexigibilidade de Licitação, Polícia Militar do DF; 9) 2571/09, Inspeção, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal; 10) 33752/09, Aposentadoria, Doralice dos Santos Casas; 11) 33914/09, Auditoria de Regularidade, SEC. DE DES. S. E T. DE RENDA; 12) 35356/09, Admissão de Pessoal, Secretaria de Educação do DF; 13) 41763/09, Aposentadoria, Emilia Maria Guimaraes Correa.
Conselheira Anilcéia Luzia Machado: 1) 1965/99, Licitação, FEDF; 2) 3209/09, Licitação, SEPLAG, Advogado(s): MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA; 3) 14804/09, Licitação, 3ª ICE - DIV. AUDIT.; 4) 15169/09, Admissão de Pessoal, Polícia Militar do DF; 5) 2429/10, Licitação, SEPLAG; 6) 3247/10, Inspeção, SEAPA; 7) 6823/10, Licitação, 3ª ICE - Divisão de Contas; 8) 8508/10, Licitação, CICE; 9) 10283/10, Representação, DER-DF; 10) 12120/10, Licitação, BRB; 11) 16354/10, Licitação, SES; 12) 16940/10, Dispensa / Inexigibilidade de Licitação, SES; 13) 25299/10, Licitação, CEB DISTRIBUIÇÃO; 14) 26015/10, Licitação, TERRACAP; 15) 30128/10, Licitação, Consórcio CEMIG-CEB; 16) 32511/10, Licitação, CEB DISTRIBUIÇÃO; 17) 32740/10, Licitação, ST; 18) 32767/10, Licitação, SEPLAG; 19) 33232/10, Licitação, METRO - DF; 20) 33410/10, Representação, BRASFORT EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, Advogado(s): MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA; 21) 33518/10, Representação, Weg Construtora; 22) 33801/10, Admissão de Pessoal, SEPLAG; 23) 35723/10, Representação, P. BRAS Comércio de Agronegócios Ltda EPP; 24) 35847/10, Licitação, SEPLAG; 25) 36118/10, Representação, Weg Construtora; 26) 36150/10, Admissão de Pessoal, Secretaria de Educação do DF; 27) 36169/10, Admissão de Pessoal, SEPLAG; 28) 36924/10, Licitação, TCB; 29) 36959/10, Licitação, SEPLAG; 30) 36975/10, Licitação, SS; 31) 36983/10, Licitação, SEPLAG; 32) 37009/10, Licitação, SS; 33) 37041/10, Licitação, SS; 34) 37726/10, Admissão de Pessoal, PGDF; 35) 37920/10, Licitação, SEPLAG; 36) 37955/10, Licitação, SS; 37) 37980/10, Licitação, SS; 38) 38005/10, Licitação, PCDF; 39) 38145/10, Licitação, BRB; 40) 38153/10, Licitação, BRB; 41) 38226/10, Licitação, CAESB; 42) 38234/10, Licitação, SEDEST; 43) 38242/10, Licitação, CBMDF; 44) 38285/10, Licitação, SEPLAG; 45) 38293/10, Licitação, CAESB; 46) 38595/10, Licitação, SEPLAG; 47) 38730/10, Licitação, SES; 48) 38757/10, Representação, Secretaria de Cultura; 49) 867/11, Licitação, SEPLAG; 50) 1207/11, Representação, MPjTCDF.
Conselheiro Inácio Magalhães Filho: 1) 1416/01, Aposentadoria, David Cléber Mendes de Medeiros; 2) 5197/07, Aposentadoria, Francisco José Soares de Freitas; 3) 27346/07, Licitação, SES/DF; 4) 9643/08, Aposentadoria, Laerte Rodrigues de Bessa; 5) 9872/08, Aposentadoria, JOÉ FERREIRA DOS SANTOS; 6) 36030/08, Pensão Civil, Neuza dos Reis Torres; 7) 11945/09, Reforma (Militar), Carlos de Souza Dantas; 8) 24494/09, Admissão de Pessoal, EMATER/DF; 9) 35810/09, Reforma (Militar), Deusdedit Guimaraes da Silva; 10) 37197/09, Dispensa / Inexigibilidade de Licitação, SE; 11) 42085/09, Aposentadoria, Eunice dos Santos Nery Ribeiro; 12) 6599/10, Aposentadoria, Jesonita da Nobrega Caeiro; 13) 9970/10, Aposentadoria, Luzia de Fatima Figueirêdo; 14) 14033/10, Aposentadoria, Iolanda Mendes; 15) 19051/10, Tomada de Contas Especial, SEAPA; 16) 24284/10, Pensão Civil, Maria Helena Lino Freitas; 17) 28620/10, Representação, Ministério Público junto ao TCDF.
Auditor José Roberto de Paiva Martins: 1) 818/98, Denúncia, PCDF, Advogado(s): Alexandre da Silva Araújo, Daniel Rodrigues de Souza, Denise Brandão Nunes Ribeiro, Luciane Almeida Nunes, Marcelo Borges Fernandes, Márcio Bruno Sousa Elias, Poliana Sousa Vieira; 2) 17397/06, Tomada de Contas Especial, SEC; 3) 27095/07, Tomada de Contas Anual, SES; 4) 15628/08, Tomada de Contas Especial, SEL; 5) 37532/08, Tomada de Contas Especial, SEC; 6) 10752/09, Tomada de Contas Anual, RA VII; 7) 14979/09, Tomada de Contas Anual, RA XII; 8) 10259/10, Licitação, CICE; 9) 24926/10, Tomada de Contas Especial, TCDF.
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA Nº 754.
Conselheira Anilcéia Luzia Machado: 1) 25019/10, Denúncia, Cidadão.
(*) Elaborada conforme o art. 1º da Res. nº 161, de 09/12/2003.